

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Franciele Pedroso Zuliani

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO
FEDERAL FARROUPILHA – *CAMPUS* JÚLIO DE CASTILHOS: A
CONTRIBUIÇÃO DOS AUXÍLIOS FINANCEIROS NA PERMANÊNCIA
DOS ESTUDANTES**

Santa Maria, RS,
2017

Franciele Pedroso Zuliani

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA – *CAMPUS* JÚLIO DE CASTILHOS: A CONTRIBUIÇÃO DOS
AUXÍLIOS FINANCEIROS NA PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal de Santa
Maria (UFSM, RS) para a obtenção do
título de **Bacharel em Serviço Social**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristina Kologeski Fraga

Santa Maria, RS,
2017

Franciele Pedroso Zuliani

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA – CAMPUS JÚLIO DE CASTILHOS: A CONTRIBUIÇÃO DOS
AUXÍLIOS FINANCEIROS NA PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal de Santa
Maria (UFSM, RS) para a obtenção do
título de **Bacharel em Serviço Social**.

Aprovado em 04 de dezembro de 2017

Cristina Kologeski Fraga, Dr^a. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Eliana Mourgues Cogoy, Me. (UFSM)

Santa Maria, RS,
2017

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que lutam pela assistência estudantil e pela educação inclusiva e emancipatória.

AGRADECIMENTOS

Ao final desta jornada é possível agradecer a muitas pessoas que, de diferentes formas, caminharam ao meu lado durante a graduação.

Inicialmente a Deus por me guiar nesses quatro anos e meio de estrada, protegendo para que nada acontecesse.

Aos meus pais, Lauri e Rosane, pela força, pelo apoio constante, e por acreditarem em meus sonhos. Obrigada por estarem sempre ao meu lado.

Ao meu noivo Marcos Vinícios, por ser meu companheiro e pelo incentivo constante. Agradeço pela compreensão, pelas horas de espera e, sobretudo, pelo amor.

Aos meus queridos irmãos e a minha tia Rita, pela torcida e por acreditarem em mim.

À professora Dra. Cristina Kologeski Fraga, um profundo agradecimento pelas orientações. Obrigada pela confiança, pela dedicação e pelos ensinamentos.

À professora Me. Eliana Mourgues Cogoy, pelo aceite em fazer parte da minha banca de avaliação, sei que suas contribuições serão importantes para este trabalho.

À minha supervisora de campo Camile Alves Cezar, pelo aprendizado e momentos de reflexão. Obrigada por ser este exemplo de profissional, incansável na luta pela garantia dos direitos dos/as usuários.

À equipe da Coordenação de Assistência Estudantil pelo acolhimento durante o período de estágio.

Ao Instituto Federal Farroupilha – Campus Júlio de Castilhos, por ter sido campo de estágio e de pesquisa.

E, a todos os amigos que torceram e estiveram comigo nesta caminhada.

RESUMO

A POLÍTICA DE ASSISTENCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA – *CAMPUS* JÚLIO DE CASTILHOS: A CONTRIBUIÇÃO DOS AUXÍLIOS FINANCEIROS NA PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES

AUTORA: Franciele Pedroso Zuliani
ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a. Cristina Kologeski Fraga

Este trabalho de conclusão de curso (TCC), fundamentado no método dialético-crítico é resultado de uma pesquisa de natureza quanti-qualitativa e do tipo documental que visou verificar se os auxílios financeiros, na modalidade de transferência de renda, ofertados pelo Instituto Federal Farroupilha - *Campus* Júlio de Castilhos, através do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) contribuíram para a permanência e êxito dos estudantes, minimizando situações de evasão. Também se pautou nos objetivos: identificar o perfil socioeconômico dos estudantes que solicitaram os auxílios financeiros da assistência estudantil, e verificar o percentual de permanência e evasão entre os estudantes em questão, com vistas a fomentar o debate sobre a política de assistência estudantil a partir da realidade social dos mesmos. A escolha da temática advém do processo de vivência no estágio obrigatório em Serviço Social, realizado na Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) do referido *Campus*. E, a amostra se deu a partir de dados retrospectivos do ano de 2016 da listagem dos estudantes que concorreram aos auxílios financeiros da assistência estudantil e dos seus respectivos cadastros socioeconômicos preenchidos no processo de solicitação. O resultado do estudo oportuniza conhecer a realidade socioeconômica desse segmento, traçando um perfil dos estudantes que solicitam essa modalidade de auxílio além de apresentar o percentual de permanência e evasão reafirmando a contribuição da política de assistência estudantil nas instituições federais de ensino, pautadas nos direitos sociais e na cidadania, a fim de minimizar as consequências resultantes das desigualdades econômicas e sociais durante a permanência dos estudantes nestas instituições.

Palavras-chave: Assistência Estudantil. Permanência. Estudantes.

ABSTRACT

THE STUDENT ASSISTANCE POLICY OF THE FEDERAL INSTITUTE FARROUPILHA - *CAMPUS* JÚLIO DE CASTILHOS: THE CONTRIBUTION OF FINANCIAL AID TO STUDENTS PERMANENCE

AUTHOR: Franciele Pedroso Zuliani

ADVISOR: Cristina Kologeski Fraga

This work, based on the dialectical-critical method, is the result of a research that sought to verify if the financial aid, in the form of income transfer, offered by the Federal Institute Farroupilha - *Júlio de Castilhos Campus*, through the National Program of (PNAES), contributed to the permanence and success of students, minimizing evasion situations. The objectives were also to identify the socioeconomic profile of the students who requested financial aid from student assistance, and to verify the percentage of permanence and avoidance among the students in question, in order to foment the debate on student assistance policy from their social reality. The choice of the subject comes from the process of living in the compulsory internship in Social Service, carried out in the Coordination of Student Assistance (CSA) of the said Campus. And, the sample was based on retrospective data from the year 2016 of the list of students who applied for financial aid from student assistance and their respective socioeconomic registers filled in the application process. The result of the study allows to know the socioeconomic reality of this segment, drawing a profile of the students who request this type of aid, besides presenting the percentage of permanence and avoidance reaffirming the contribution of the student assistance policy in the federal educational institutions, based on social rights and citizenship, in order to minimize the consequences resulting from economic and social inequalities during the permanence of students in these institutions.

Key-words: Student assistance. Permanence. Students.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gênero dos estudantes que concorreram aos auxílios financeiros da assistência estudantil no ano de 2016	47
Gráfico 2 - Renda familiar dos estudantes que concorreram aos auxílios financeiros da assistência estudantil no ano de 2016	49
Gráfico 3 - Autodeclaração étnico racial dos estudantes que concorreram aos auxílios financeiros da assistência estudantil no ano de 2016.....	50
Gráfico 4 - Percentual de Permanência e Evasão dos estudantes beneficiados com os auxílios financeiros da assistência estudantil no ano de 2016...	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Faixa etária dos estudantes que concorreram aos auxílios financeiros da Assistência estudantil no ano de 2016	48
Tabela 2 - Naturalidade dos estudantes que concorreram aos auxílios financeiros da assistência estudantil no ano de 2016	48
Tabela 3 - Situação laboral dos estudantes que concorreram aos auxílios financeiros da assistência estudantil no ano de 2016	51
Tabela 4 - Cursos dos estudantes que concorreram aos auxílios financeiros da assistência estudantil no ano de 2016	52
Tabela 5 - Transporte que os estudantes utilizavam para se deslocar até o IFFar – <i>Campus</i> Júlio de Castilhos no ano de 2016	54

LISTA DE SIGLAS

LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
IFFar	Instituto Federal Farroupilha
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
SS	Serviço Social
CAE	Coordenação de Assistência Estudantil
CF	Constituição Federal
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IFES	Instituições Federais de Ensino
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PNE	Plano Nacional de Educação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
FIES	Fundo de Investimento dos Estudantes de Ensino Superior
IF	Instituto Federal
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UNE	União Nacional dos Estudantes
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
CRA	Coordenação de Registro Acadêmico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O ACESSO A EDUCAÇÃO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE	15
2.1 EXPANSÃO DO ENSINO PÚBLICO: DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO	15
2.2 OS INSTITUTOS FEDERAIS: DA EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA A PROFISSIONAL.....	19
2.3 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA POLÍTICA DE PERMANÊNCIA NO ENSINO PÚBLICO.....	22
3 SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	27
3.1 CARACTERÍSTICAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IF FARROUPILHA – CAMPUS JÚLIO DE CASTILHOS	27
3.2 POSSIBILIDADES E DESAFIOS NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	32
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	38
4.1 DESENHO DO ESTUDO	39
4.2 O ENFOQUE DA PESQUISA: TIPO E MÉTODO	41
4.3 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA.....	44
5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	46
5.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES QUE CONCORRERAM AOS AUXÍLIOS FINANCEIROS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	46
5.2 PERCENTUAL DE PERMANÊNCIA E EVASÃO	55
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	61
APÊNDICE A – Instrumento para coleta dos dados.....	66

1 INTRODUÇÃO

As instituições públicas de ensino devem dispor de programas e políticas de inclusão e permanência voltadas aos estudantes, conforme estabelece um dos princípios da educação, que está elencado no parágrafo I, Art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), quanto à “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

A exemplo disso, o Instituto Federal Farroupilha (IFFar), desenvolve ações e auxilia os estudantes no processo de adaptação e permanência nos seus diversos *Campi*, considerando o que estabelece o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O PNAES foi implantando no ano de 2010, através do Decreto Nº 7.234, e tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. De acordo com o Art. 4º do programa, “as ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia [...]”.

Neste sentido, o IFFar – *Campus* Júlio de Castilhos vem desenvolvendo suas ações de assistência estudantil. A assistência ao estudante do Instituto tem por intuito garantir a ampliação do acesso e a permanência dos estudantes até a conclusão do curso, minimizando a retenção e a evasão (INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, 2012, p. 02). Uma dessas ações trata-se dos auxílios financeiros, sob a forma de transferência de renda que são disponibilizados, através de editais, aos discentes do IFFar que vivenciam situação de vulnerabilidade socioeconômica, como por exemplo, não acesso ao transporte público, desemprego, entre outros.

Considerando a relevância deste programa, enquanto possibilidade de permanência e igualdade de oportunidades entre os estudantes no ensino público, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), requisito para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social, consiste na sistematização dos conhecimentos apreendidos no decorrer da graduação e do processo de estágio curricular supervisionado em Serviço Social (SS). A escolha da temática advém da vivência nos estágios obrigatórios em SS, realizado na área da assistência estudantil do IFFar – *Campus* Júlio de Castilhos. Enquanto estagiária, ao ingressar no Instituto, buscou-se conhecer o campo de intervenção: primeiro teve-se a aproximação com o trabalho da assistente social que ocorre na Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) do *Campus*. Após obteve-se a aproximação com o exercício profissional da

assistente social na execução e gestão da política e, neste período foram pesquisados materiais sobre a temática para uma melhor apreensão desta realidade.

Dessa forma, o presente estudo resulta de uma pesquisa realizada no segundo semestre de 2017. O problema a ser respondido nesta pesquisa é: Os programas de auxílios financeiros da assistência estudantil – na modalidade de transferência de renda - contribuíram para a permanência e êxito dos estudantes na instituição no ano de 2016? Tem como objetivo principal verificar se os auxílios ao estudante, na modalidade de transferência de renda (auxílio permanência, transporte, eventual, participação de discente a eventos e estudante atleta), ofertados pelo IFFar *Campus* Júlio de Castilhos, através da PNAES contribuíram para a permanência e êxito dos estudantes beneficiados no ano de 2016.

Também foram traçados como objetivos: identificar o perfil socioeconômico dos estudantes que solicitaram os auxílios financeiros da assistência estudantil e verificar o percentual de permanência e evasão entre os estudantes em questão, com vistas a fomentar o debate sobre a política de assistência estudantil a partir da realidade social dos estudantes do *Campus* de Júlio de Castilhos.

Acredita-se que a importância da realização dessa pesquisa, se vincula a sua relevância, uma vez que não se tem conhecimento de outros trabalhos que proponham esta análise sobre a contribuição dos programas de auxílio financeiro neste *Campus*. Também se dá no sentido de contribuir com a comunidade acadêmica no que diz respeito ao entendimento dessa política.

A pesquisa é de natureza quanti-qualitativa, do tipo documental tendo o referencial teórico-metodológico alicerçado no método dialético-crítico. Buscou-se realizar reflexões sobre os dados obtidos baseando-se na revisão de literatura e na realidade vivenciada pelos estudantes.

Para a realização deste trabalho foram utilizadas como referências livros, artigos, dissertações, legislações, reportagens em meio eletrônico do site do Governo Federal e do IFFar sobre a temática, além do conhecimento adquirido no processo de estágio na CAE do *Campus* Júlio de Castilhos. Como forma de melhor compreensão do tema a ser abordado, organizou-se o conteúdo deste trabalho da seguinte forma: introdução, seguida de mais quatro capítulos e considerações finais.

O segundo capítulo apresenta uma discussão sobre o acesso à educação e a política de assistência ao estudante. Para sua construção utilizou-se como referência

principalmente a Constituição Federal de 1988 (CF), decretos e leis estabelecidas pelo Governo Federal, além de outros autores que trabalham com a temática. Com suas considerações, Kowalski (2012) ajuda a entender os aspectos e a estrutura da assistência estudantil neste capítulo.

O terceiro capítulo enfatiza sobre a importância do Serviço Social na assistência estudantil. Neste, buscou-se elucidar as ações da assistência ao estudante desenvolvidas no IFFar – *Campus* Júlio de Castilhos, especificamente dos programas de auxílio financeiro e apresentar as possibilidades e desafios da intervenção do Serviço Social nesta política.

O quarto capítulo destina-se a apresentar o caminho metodológico percorrido para a realização deste estudo. No que se refere à metodologia da pesquisa utilizou-se principalmente as autoras que se destacam em suas obras referentes ao Serviço Social, Prates (2003), Guerra (2009) e Minayo (2002).

O quinto e último capítulo tece uma reflexão sobre os resultados da pesquisa, tendo como base as informações obtidas a partir da coleta dos dados realizada no IFFar – *Campus* Júlio de Castilhos.

Por fim, as considerações finais apresentam o fechamento do estudo com reflexões sobre a temática da assistência estudantil e explicita os principais pontos das discussões neste trabalho, bem como do processo de aprendizagem vivenciado no estágio em Serviço Social no Instituto Federal Farroupilha – *Campus* Júlio de Castilhos.

2 O ACESSO A EDUCAÇÃO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

Este capítulo tem o objetivo de discorrer sobre o referencial teórico que embasa esta pesquisa, apresentando o conteúdo em três subitens que possibilitarão uma melhor apreensão acerca da temática.

A democratização do acesso à educação vem crescendo nos últimos anos com a ampliação de medidas de inserção e de inclusão tanto para o ensino superior quanto na oferta de educação profissional e tecnológica. É possível perceber o aumento do ingresso ao ensino público a partir dos anos 2000, através das diversas ações que visam à reestruturação e a criação de instituições como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), as ações afirmativas referentes às cotas sociais e raciais, dentre outras. São políticas na área educacional que se contrapõem às concepções neoliberais, oportunizando o acesso nos sistemas de ensino para milhões de jovens e adultos.

É nesse contexto que a Política de Assistência Estudantil se evidencia, pois além do acesso ao ensino público é necessário garantir a permanência e êxito dos estudantes nas Instituições, minimizando situações de retenção e evasão. Assim, através do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, a assistência estudantil é reconhecida como política de Estado, com o Programa Nacional de Assistência Estudantil, instituído pela portaria nº 39, de 12 de dezembro de 2007.

Dessa forma, buscou-se abordar as transformações ocorridas com o plano de expansão da Educação Profissional, Científica e Tecnológica – criação do Institutos Federais - do REUNI e a criação do PNAES, em 2007, voltado para a permanência de estudantes de baixa condição socioeconômica nas Instituições Federais de Ensino (IFES).

2.1 EXPANSÃO DO ENSINO PÚBLICO: DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO

A partir da Constituição Federal de 1988, em um momento marcado pela redemocratização do país, iniciou-se um amplo debate e um processo de implantação de políticas e ações educacionais que visavam à ampliação dos mecanismos de acesso e permanência, inclusive na educação superior (ASSIS, 2013).

No Art. 205 da CF/88 a educação é estabelecida como “direito de todos e dever do Estado e da família” e visa “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Ainda, em seu Art. 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições para acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988). Mais tarde, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), N^o 9394, de 20 de dezembro de 1996, em seu Art. 3^o, inciso I, reafirma o Art. 206 da CF/88 quanto às condições de acessar e permanecer na realidade educacional.

O processo de expansão e da democratização do acesso às instituições de ensino nas últimas décadas levou o poder público a estabelecer dispositivos legais para reformular a política de educação superior. A reforma dos sistemas educacionais recebeu influências significativas das propostas de reforma do Estado centradas nas ideias da Nova Gestão Pública (NGP), desde a década de 90 do século passado (ARAÚJO; PINHEIRO, 2010).

Posteriormente, em 2001, ocorreu a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) (Lei n^o 10.172/01) um momento importante, pois entre seus objetivos constava: a elevação global do nível de escolaridade da população, melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis, redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência na educação pública (BRASIL, 2001).

A partir de 2003, temos uma valorização do ensino público, momento que emergem as políticas de expansão das universidades, e de ampliação do acesso ao ensino superior. Também é importante ressaltar que o plano de ação empreendido pelo governo da época envolvia democratização e reestruturação e foi marcado pela institucionalização de programas e políticas. Essas ações destinavam-se à promoção do acesso a esse nível de ensino, através de políticas de inclusão social amparadas no princípio da equidade (ASSIS, 2013).

Essas políticas propostas pelo governo configuravam uma preocupação de corrigir o caráter elitista do ensino superior público, tornando a graduação mais acessível àqueles de menor poder aquisitivo, através da oferta de cursos noturnos e da criação de novos estabelecimentos em um número maior de cidades (RAMOS, 2014).

Para Melo et al. (2009), a expansão da educação superior no Brasil se estabelece basicamente em três momentos importantes, primeiro com a aprovação

da LDB, em 1996; segundo, com o lançamento do PNE, em 2001; e, terceiro, com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007. Neste último, o governo federal instituiu programas que são considerados os pilares para a democratização do acesso ao ensino superior: o REUNI; o Programa Universidade para Todos (PROUNI); o Fundo de Investimento dos Estudantes de Ensino Superior (FIES) e a criação dos Institutos Federais (IF) (MELO et al, 2009).

Assim, uma das primeiras iniciativas do programa de reforma da educação superior foi o PROUNI, criado através da Lei no 11.096, de 13 de janeiro de 2005. O programa tem o objetivo de contribuir para ampliar o acesso à educação superior daqueles que, pelas vias regulares, dificilmente teriam acesso a essa formação. Trata-se de programa de concessão de bolsas de estudo fornecidas integral ou parcialmente a candidatos oriundos de escola pública, selecionados pelo ENEM considerando sua classificação nesse exame, aliado ao seu perfil socioeconômico (RAMOS, 2014).

Dentre as mudanças ocorridas na educação superior, cabe destacar também a adoção do ENEM como forma de ingresso em algumas universidades. No início, em 1998, o exame foi criado pelo governo federal como um instrumento apenas para avaliar o desempenho dos estudantes no término da educação básica e, somente a partir de 2009 através de medidas governamentais o uso do ENEM passou a ser utilizado como forma de acesso ao ensino superior no Brasil e o Sistema de Seleção Unificada (SISU) opera o processo de alocação dos candidatos às vagas (SILVEIRA, et al. 2015).

Do mesmo modo, Silveira et al. (2015) afirma que um dos pontos positivos do exame nacional e do SISU é o favorecimento da mobilidade dos estudantes para instituições de ensino superior em locais distintos do país, possibilitando que a população de regiões menos desenvolvidas desloquem-se para outras mais desenvolvidas, estabelecendo dessa forma, um ambiente multicultural nas universidades. Salienta-se ainda que a Lei de Cotas é uma importante forma de acesso ao ensino superior, pois, em se tratando de vagas nas universidades públicas, as ações afirmativas¹, sejam elas raciais/sociais impulsionam o processo

¹ Ações afirmativas foi o nome dado nos Estados Unidos às políticas de inclusão dos negros resultantes dos movimentos sociais pelos direitos civis nos anos de 1960. Posteriormente se estenderam, com adaptações, para outras minorias, tais como, latinos, indígenas e asiáticos (MAGNONI, 2016, p. 310).

de inclusão social. Para Magnoni (2016, p. 299) as cotas no caso brasileiro,

[...] significam uma possibilidade concreta de justiça social, de divisão de riqueza e de poder do Estado, haja vista que o acesso ao ensino superior público e gratuito ter sido até hoje privilégio (com poucas exceções) das classes médias/altas e brancas e que por isso controlam o Estado e a Sociedade.

As cotas possibilitam a concretização do acesso à universidade pública para a sociedade oriunda das camadas mais populares e, ainda, dos negros e indígenas, pois, é necessária a igualdade étnica e racial nas universidades e na sociedade brasileira.

Ainda, como medidas de inserção e democratização de ingresso as universidades instituiu-se no ano de 2007 o REUNI, como uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PRESTES et al., 2012). O Programa foi estabelecido pelo Decreto Presidencial nº 6096/07, e trata-se de um programa de apoio à expansão e reestruturação das Universidades Federais. Segundo Baptista et al. (2013, p. 6) “é um programa de ampliação física e reestruturação pedagógica do sistema federal de educação superior concebido para duplicar a oferta de vagas públicas no ensino superior”.

De acordo ao artigo 2º do decreto, algumas diretrizes do programa são:

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior.
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil (DECRETO6096/2017).

Dessa forma, o objetivo do REUNI é o aumento da qualidade dos cursos, a expansão do acesso e a ampliação das matrículas nas instituições públicas, bem como, a redução das taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação, além da questão da mobilidade estudantil com o propósito de diminuir as desigualdades

sociais no país. Logo, uma das metas do Programa, segundo o Decreto Nº 6096, inclui a elevação da taxa de conclusão dos cursos de graduação para noventa por cento (BRASIL, 2007).

Atinente a isto, Melo et al. (2009) afirma que a formação contribui na renovação social e que as universidades são vetores para concretizar mudanças sociais e, por essa razão, têm uma função fundamental.

Essas mudanças sociais iniciaram com todas essas políticas de expansão das universidades e institutos federais, pois possibilitaram um maior acesso a esse nível de ensino. Assim, iniciam-se as discussões de que para além da ampliação de vagas é necessário garantir com qualidade a manutenção desses estudantes nas instituições, caracterizando-se como um compromisso social.

2.2 OS INSTITUTOS FEDERAIS: DA EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA A PROFISSIONAL

O Instituto Federal Farroupilha faz parte do plano de expansão² da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, onde ocorreu a implantação de várias unidades em todo o Brasil, levando à interiorização da Educação Profissional e Tecnológica. Nesse sentido, Pacheco (2011, p. 14) afirma que “os Institutos constituem espaços fundamentais na construção dos caminhos visando ao desenvolvimento local e regional”. Para o autor, os institutos também ressaltam a valorização da educação e das instituições públicas, uma vez que são políticas fundamentais na construção de uma nação soberana e democrática.

De acordo com a lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que “Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências”. Na seção II, Artigo 6º, as Finalidades e Características dos Institutos Federais são:

² Em 2005, com a publicação da Lei 11.195, ocorre o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a construção de 64 novas unidades de ensino. Em 2007 há o lançamento da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tendo como meta entregar à população mais 150 novas unidades, perfazendo um total de 354 unidades, até o final de 2010, cobrindo todas as regiões do país, oferecendo cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós-graduação, sintonizados com as necessidades de desenvolvimento local e regional. FONTE: Histórico da Educação Profissional – Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>.

Art. 6º. Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008).

Uma das características dos Institutos Federais é à oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio, visto que está colocada em primeiro lugar no elenco dos objetivos dessas instituições. Nesse sentido, os IFs apontam a educação como um instrumento importante no processo de inserção e inclusão ao sistema de ensino de milhares de jovens e adultos. Além disso, busca fortalecer o acesso e a permanência à educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades. Segundo Silva (2009, p. 08):

O foco dos institutos federais é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias. Estas instituições devem responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Dessa forma, as finalidades da Instituição compreendem o desenvolvimento e o fortalecimento da inserção cidadã na modalidade da educação com compromisso de transformação, oferecendo diferentes níveis e modalidades de ensino, ou seja, a

educação básica, profissional e educação superior, caracterizando-se pela atuação na área tecnológica.

Ainda de acordo com Pacheco (2011), os Institutos Federais surgiram como fator estratégico para o fortalecimento do ensino e da igualdade social, proporcionando, que um número maior de cidadãos tivesse acesso à realidade educacional, dessa forma, construindo uma rede de saberes que envolve cultura, trabalho, ciência e tecnologia. Para Pacheco (2011), a criação dos Institutos Federais deu visibilidade ao papel da educação profissional e tecnológica no contexto social e, é uma ação concreta de política para a educação brasileira.

Os IF estruturam-se de forma multicampi³ e pluricurricular, e por ofertarem diversos níveis de ensino são instituições educacionais diferenciadas das demais. Trata-se de uma instituição especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, portanto, sua atuação é voltada para cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos técnicos subsequentes⁴, cursos técnicos na modalidade “Jovens e Adultos” (PROEJA)⁵ e ensino superior.

Segundo o histórico disponibilizado pela Instituição, o *Campus de Júlio de Castilhos*, *locus* do estudo aqui apresentado, iniciou suas atividades em 25 de fevereiro de 2008, sob a denominação de Unidade de Ensino Descentralizada de Júlio de Castilhos (UNED), vinculada ao Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul (CEFET), tendo sua sede em São João do Barro Preto, interior do município de Júlio de Castilhos, região central do estado do Rio Grande do Sul. O local de instalação da então UNED foi o antigo grupo escolar "Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola", fundado no ano de 1961, o qual tinha por meta a formação de jovens para o trabalho no meio rural. Em 2007, através de ação conjunta da Administração Municipal e Governo Federal, por intermédio do CEFET São Vicente do Sul, foi efetivada a implantação de uma Instituição de Educação

³ Não há Instituto Federal com um só campus, sua estrutura é multicampi, ou seja, é constituída por um conjunto de unidades. Cada campus, independentemente do endereço ou data de criação da instituição que lhe deu origem, possui as mesmas atribuições e prerrogativas, condição que não pode servir a uma atuação não sistêmica. Ao contrário, a medida do trabalho da instituição – ou o cumprimento de objetivos e metas – é o resultado do todo (PACHECO, 2011, p. 67).

⁴ Curso Subsequente - é uma das formas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, é oferecido somente a quem já tenha concluído o Ensino Médio (Glossário Instituto Federal Farroupilha). Disponível em: http://w2.iffarroupilha.edu.br/glossario_termos_de_ensino.pdf.

⁵ PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) – uma política do Governo Federal, com a formação integral do trabalhador. O PROEJA tem suas bases lançadas com o Decreto Presidencial 5.154/2004 (BRASIL, 2004).

Profissional e Tecnológica (UNED), que culminou com a condição de *Campus*, em 2009.

Dessa forma, para que o Instituto possa cumprir sua missão é fundamental que, além de oferecer educação básica, profissional e superior, disponha de ações que possibilitem a permanência e êxito dos estudantes em seus *campi*. E, essas ações são pautadas com base nos princípios do PNAES e são desenvolvidas com a finalidade de minimizar situações de retenção e evasão.

2.3 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA POLÍTICA DE PERMANÊNCIA NO ENSINO PÚBLICO

Considerando o processo histórico da assistência estudantil, pode-se dizer que os debates acerca da temática não são recentes, pois sua gênese coincide com o período de criação das primeiras universidades brasileiras, por volta de 1930 (DUTRA et al., 2017).

Ainda segundo Lima (2002), a assistência ao estudante no Brasil⁶ é reconhecida pelo Estado na década de 30 do século passado, através da Reforma Francisco Campos, e pelo decreto nº 19.85/031 no ano de 1931, denominada Lei Orgânica do Ensino Superior.

De acordo com Kowalski (2012) no ano de 1928 durante o governo de Washington Luis pode-se observar a primeira prática de auxílio ao estudante no Brasil com a construção da Casa do Estudante Brasileiro em Paris, o qual repassava as verbas necessárias para a manutenção da casa e dos estudantes.

Já a abertura da Casa do Estudante do Brasil ocorreu no início dos anos de 1930 na cidade do Rio de Janeiro, sendo que o “então presidente Getúlio Vargas fazia grandes doações para manutenção da casa e dos alunos (...)” (KOWALSKI, 2012 p. 87). A Casa do Estudante passou a abrigar vários serviços destinados a estudantes com baixas condições econômicas, tais como: restaurante popular, residência estudantil, entre outros. Posteriormente, o local tornou-se sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) (ASSIS, 2013).

⁶ No Brasil, as ações de assistência aos estudantes nas diversas modalidades de ensino, constituíram-se, historicamente, em mecanismos emergenciais e focalizados, utilizados pelo Estado para responder às manifestações das diversas expressões da questão social no ambiente escolar. Essas ações foram sendo inseridas na agenda educacional brasileira, a partir dos anos 1930, diante das exigências de modernização do país (NASCIMENTO, 2013, p. 96).

No governo de Getúlio Vargas, “um dos fatores de maior relevância para a reorganização da sociedade brasileira, passou a ser a valorização das questões relacionadas à educação” (KOWALSKI, 2012, p. 85). Nesse sentido, ocorreu a primeira manifestação de reformar o ensino superior e a primeira tentativa de regulamentar a assistência ao estudante. Logo, a assistência estudantil:

[...] passou a integrar a Constituição Federal de 1934, no artigo 157, prevendo-se a doação de fundos aos estudantes necessitados, através do fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar, dentária e médica (KOWALSKI, 2012 p. 87).

Passados doze anos, foi promulgada a Constituição de 1946, a qual também previa em seu Art. 172, que cada sistema de ensino deveria oferecer, obrigatoriamente, “serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946). No entanto, segundo Assis (2013) nesse período a assistência estudantil era entendida como uma ajuda assistencialista concedida aos estudantes que dela necessitavam, muito distante de ser percebida como um direito.

Então, a CF de 1988 vem assegurar esse direito, afirmando que a educação é dever do Estado e da família e deve ter como princípio a igualdade de acesso e permanência na escola. Além do tripé Saúde, Assistência Social e Previdência Social, a política de Educação está elencada entre os direitos sociais. Dessa forma, a CF/88 “caracterizou-se como marco histórico em relação aos direitos sociais e políticos do cidadão [...]” (ASSIS, 2013, p. 24).

Nessa perspectiva, Kowalski (2012) aponta alguns principais acontecimentos e formalizações para a institucionalização da política de assistência estudantil no Brasil. Dessa forma, afirma que a assistência ao estudante efetivou-se a partir de três fases distintas, as quais fazem parte do processo de expansão e redemocratização do ensino superior público no Brasil. A primeira fase foi um período em que o acesso à educação era privilégio para poucos, ou seja, centralizava-se nas elites do país⁷. A segunda fase se apresenta com a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

⁷ As pessoas que tinham condição financeira de manter seus filhos no ensino superior encaminhavam-nos para as IES consolidadas fora do país, as quais não mantinham apenas alto padrão de ensino-aprendizagem como também dispunham de qualidade de infraestrutura no atendimento ao aluno no aspecto da assistência estudantil (KOWALSKI, 2012 p. 84).

(FONAPRACE) que tinha por objetivo a expansão de vagas nas IES, passando a incluir estudantes de baixa renda e assim, garantir a sua permanência. A terceira ou atual fase da assistência estudantil segundo a autora se dá a partir do ano de 2007, com a aprovação do Decreto nº 6.096 que instituiu o REUNI e preconizava a criação de condições para ampliação do acesso e garantias de permanência aos estudantes na educação superior visando à ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil (KOWALSKI, 2012).

Após essas considerações pode-se dizer que o Programa de Assistência Estudantil iniciou sua trajetória com a promulgação do Decreto nº 7.234 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil de 19 de julho de 2010 instituído pela portaria nº 39, de 12 de dezembro de 2007, e representa um avanço ao definir suas diretrizes de atuação, seus dispositivos e objetivos para a regulamentação de uma política nacional de assistência estudantil. É a partir do PNAES que mais estudantes passam a ter oportunidades de ingressar, permanecer e concluir seus estudos, sendo este o documento que orienta as ações tanto das universidades Federais bem como dos Institutos Federais de Educação no âmbito da assistência estudantil.

Dessa forma, este plano tem por intuito proporcionar subsídios para a permanência de alunos de baixa renda nos cursos de graduação, buscando a democratização na educação superior. Reconhece a importância da assistência estudantil, como um fator que pode contribuir para diminuir a desigualdade social e possibilitar a democratização da universidade (MEC, 2013).

Segundo Kowalski (2012, p. 96) o FONAPRACE auxiliou na construção do projeto que deu origem ao PNAES:

[...] o documento foi elaborado pelo FONAPRACE, o qual, por muitos anos, vinha discutindo em pautas nacionais, a importância da assistência estudantil no decorrer da vida acadêmica e também como um recurso fundamental na incorporação dos estudantes de baixa renda no processo de democratização da universidade pública e gratuito.

É importante destacar que o programa se transformou em Decreto Lei devido a reivindicações de movimentos sociais. E, portanto, representa a luta coletiva de grupos organizados (FONAPRACE, UNE, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e do movimento estudantil) na

“consolidação da assistência estudantil em âmbito institucional e o reconhecimento legal enquanto política pública de direito” (KOWALSKI, 2012, p. 97).

O PNAES atribui as Instituições Federais a responsabilidade de desenvolver as ações de assistência estudantil, viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico. Isso significa dar condições de permanência e de conclusão do curso, reduzindo as taxas de evasão.

A assistência estudantil tem como finalidade prover os recursos necessários para propiciar a permanência e um bom desempenho acadêmico aos estudantes nas instituições, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono.

[...] é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos de graduação dos estudantes das IFEs, na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida (FONAPRACE, 2012 p. 63).

Nesse sentido, esta política é a articulação de vários programas que são voltados para alimentação, moradia, transporte e saúde, na perspectiva de inclusão social, de melhoria de desempenho e de qualidade de vida e de transferência de renda, no caso dos auxílios financeiros. É o meio pelo qual se configura a manutenção dos estudantes que ingressam nas instituições de ensino e não conseguem arcar com seus custos de estudo. O objetivo central da assistência estudantil é a subsistência do(a) estudante no ensino superior, garantindo assim êxito no desempenho acadêmico.

De acordo com Almeida (2000), os programas de assistência estudantil surgem como uma estratégia governamental, cuja importância, se refere ao enfrentamento de problemas de acesso e permanência dos estudantes nas IFES, em decorrência dos altos índices de abandono e retenção do espaço escolar. Muitas vezes, o número de estudantes que evadem do sistema de ensino federal é substancial e dentre algumas causas elencadas como determinante dessa realidade encontram-se os fatores de ordem socioeconômica.

De acordo com a Resolução CONSUP nº 178, de 28 de Novembro de 2014, as causas da evasão e retenção são categorizadas por fatores, sejam eles individuais do estudante ou internos e externos à instituição. Esses fatores perpassam aspectos peculiares às características dos/as estudantes - dificuldades

financeiras dos mesmos de permanecer no curso e/ou não adaptação à vida acadêmica – a infraestrutura, o currículo e gestão didático-pedagógica da instituição, entre tantos outros motivos que desmotivam e conduzem o estudante a evadir do curso. Nesse sentido, a evasão escolar é um processo que tem natureza multiforme: a escolha de sair da escola é apenas o ato final de um processo que se manifesta de muitas formas, visíveis ou não, ao longo da trajetória escolar do indivíduo (DORE; LÜSCHER, 2011).

É justamente no sentido de intervir nessa realidade que surge a política de assistência estudantil, desenvolvendo-se em um conjunto de ações com vistas a contribuir na permanência e êxito dos estudantes nas Instituições de ensino.

3 SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Neste capítulo pretende-se elucidar as ações da política de assistência estudantil no IF Farroupilha, mais especificamente, no *Campus* Júlio de Castilhos e os programas de auxílios financeiros – na modalidade de transferência de renda - ofertados nesse espaço educacional. Da mesma forma, apresenta as possibilidades e desafios da intervenção do Serviço Social na Instituição, visto que, o profissional encontra uma multiplicidade de demandas que vai desde prestar orientações sociais a conceder benefícios e inclusões em programas e projetos, considerando a diversidade de público que atende e as diferentes demandas.

Os espaços sócio-ocupacionais em que o(a) assistente social está inserido(a) apresentam situações que revelam diferentes expressões da questão social e que possuem contradições, limites e desafios. É preciso entender e conhecer a realidade do entorno social em que a população usuária se encontra, atendendo aos princípios éticos fundamentais que balizam a profissão, como por exemplo, o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população.

Dessa forma, a expansão dos Institutos Federais (IFs) em 2008 se constituiu em um importante espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social, devido à expressiva quantidade de vagas para o cargo de assistente social através de concurso público para atuarem, principalmente, na implantação e na gestão das ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil.

3.1 CARACTERÍSTICAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IF FARROUPILHA – CAMPUS JÚLIO DE CASTILHOS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha é uma instituição de ensino, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica. Sua atuação é voltada para cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos técnicos subsequentes, cursos técnicos na modalidade “Jovens e Adultos” PROEJA e ensino superior. Dessa forma, destaca-se a diversidade do público que compõe esta instituição, havendo no espaço, adolescentes, cursando o nível médio e técnico, e um público adulto de trabalhadores cursando o ensino superior e o PROEJA.

No entanto, entende-se que apenas a oferta de vagas nos diferentes níveis e modalidades de ensino não garante a universalização da educação e a permanência nas instituições. Por isso, é necessário compreender qual a realidade em que o estudante está inserido, os aspectos socioeconômicos desta realidade e as relações que estabelece, pois são determinantes para que consiga êxito e que permaneça no processo de ensino-aprendizagem, tendo assim, um acesso efetivo à educação.

O Instituto Federal Farroupilha, *Campus* Júlio de Castilhos, geograficamente, abrange a região central do estado do Rio Grande do Sul, trazendo para o município uma instituição federal de ensino com nível técnico e superior. Esta região apresenta comunidades e famílias que se encontram em vulnerabilidade social. Além disso, no município há também muitas comunidades de assentados e uma grande parcela da população que vive no meio rural.

Para atender a demanda da instituição, foram-se estruturando o cotidiano da Assistência Estudantil do IF Farroupilha, a partir do Decreto nº 7.234 de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil; da Resolução do Conselho Superior, nº 12/2012, que aprova a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal Farroupilha e da Resolução do Conselho Superior nº 14/2012, que aprova o Programa de Apoio à Permanência do Instituto Federal Farroupilha, tendo como objetivo auxiliar os estudantes no processo de adaptação e permanência.

Conforme o Inciso I do Decreto nº 7.234, de 19 de Julho de 2010 as ações de assistência estudantil do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Dessa forma, os estudantes do *Campus* tem acesso à assistência estudantil, com ações voltadas para a saúde, alimentação, cultura, apoio didático pedagógico e a modalidade de auxílio financeiro que se destina aos estudantes mais vulneráveis que são identificados através de avaliação socioeconômica.

Os auxílios financeiros da Assistência Estudantil do IF Farroupilha, têm como finalidade propiciar a permanência dos estudantes na Instituição e são destinados àqueles que comprovem estarem em situação de vulnerabilidade socioeconômica, assim como, os demais pré-requisitos estabelecidos no regulamento e edital específico.

Assim, os auxílios em que os estudantes do Instituto Federal Farroupilha – *Campus* Júlio de Castilhos podem ser contemplados são:

a) Auxílio permanência: destinado aos estudantes matriculados em cursos presenciais, com efetiva frequência e com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio (a seleção ocorre através da publicação de edital específico);

b) Auxílio transporte: destinado aos estudantes matriculados em cursos presenciais, com efetiva frequência, renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, que utilizem transporte público ou privado para realizar percurso residência/campus/residência e não seja beneficiário de outro programa governamental com essa finalidade (no caso Passe Livre Estudantil) (a seleção ocorre através da publicação de edital específico);

c) Auxílio Eventual: destinado aos estudantes presenciais que em período fora de edital regular dos auxílios, passou a estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica por caso fortuito. É concebido a partir de estudo socioeconômico e de parecer técnico emitido pelo profissional do serviço social;

d) Auxílio à participação em eventos: destinado a subsidiar a participação de discentes em eventos de natureza acadêmica, científica, tecnológica, desportiva, artístico-cultural e de organização estudantil, com o objetivo de propiciar a oportunidade de aprimorar sua formação profissional e pessoal, por meio de experiências e vivências acadêmicas. Cada discente poderá realizar uma solicitação por ano, exceto casos em que o estudante esteja representando a instituição em eventos desportivos oficiais, ou em casos excepcionais que devem ser analisados pela Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) (o edital para requerer a concessão deste benefício é de fluxo contínuo, porém os estudantes devem observar o cronograma previsto);

e) Auxílio ao estudante atleta: destinado aos estudantes matriculados no IF Farroupilha, que praticam algumas das modalidades esportivas ofertadas no *Campus*, com acompanhamento de professor orientador (a seleção ocorre através da publicação de edital específico).

Quadro 1 - Programas da Assistência Estudantil na modalidade de transferência de renda.

Tipo do Auxílio	Valor/mês⁸	Nº de auxílios ofertados anualmente
Permanência	R\$ 150,00/mês	80 auxílios
Transporte	Residir até 20km do Campus R\$ 80,00/mês; Residir mais de 20km do Campus R\$ 150,00/mês.	Até 20km do Campus: 60 auxílios Mais de 20Km do Campus: 62 auxílios
Eventual	R\$ 150,00/mês	10 auxílios
Participação em Eventos	Evento estadual R\$ 100,00/dia; Evento interestadual R\$ 200,00/dia e, Evento no exterior R\$ 300,00/dia. O estudante poderá receber o auxílio para no máximo 03 (três) dias, incluindo o período de deslocamento.	A concessão é condicionada à disponibilidade orçamentária do recurso destinado para este fim
Atleta	R\$ 150,00/mês	18 auxílios

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

O processo para solicitar os benefícios da assistência estudantil na modalidade de transferência de renda se dá em etapas, conforme o edital de inscrição e/ou auxílio solicitado. Primeiramente, acontece a inscrição, na qual o estudante entrega na Coordenação de Assistência Estudantil o cadastro socioeconômico preenchido especificando qual auxílio deseja concorrer - o aluno pode concorrer até dois benefícios – juntamente com a documentação exigida.

Após essa etapa, ocorre a pré-seleção, momento que é realizado a verificação da documentação entregue pelo estudante. Nesta etapa há divulgação das inscrições homologadas e indeferidas. Na sequência, acontece à seleção dos estudantes, etapa que compreende a avaliação socioeconômica⁹ dos inscritos. É realizada pela assistente social, com vistas à emissão de parecer, quanto à necessidade da concessão do(s) benefício(s). Nessa etapa, o profissional do serviço

⁸ Valores dos auxílios referentes ao ano de 2016.

⁹ As avaliações socioeconômicas têm por base a renda familiar bruta, acrescida de pontos atribuídos a determinados agravantes mencionados no cadastro preenchido pelo estudante no processo de solicitação do benefício.

social além de realizar o processo de análise socioeconômica, também se utiliza dos instrumentos que considerar adequado para o cumprimento da finalidade proposta pelos auxílios. Podem ser realizadas entrevistas individuais, visita domiciliar, bem como, solicitar documentos adicionais caso necessário.

A avaliação socioeconômica é uma das principais requisições postas aos(as) assistentes sociais nos IFFar, com o objetivo de identificar estudantes em vulnerabilidade social¹⁰, é o instrumento utilizado pelo profissional para fins de concessão de benefícios. É a partir do estudo socioeconômico que o(a) assistente social obtém informações sobre as condições de vida e de trabalho dos(as) estudantes que solicitam assistência estudantil e de suas famílias.

[...] consistem num conjunto de procedimentos, atos, atividades realizados de forma responsável e consciente. Contém tanto uma dimensão operativa quanto uma dimensão ética e expressa, no momento em que se realiza a apropriação pelos assistentes sociais dos fundamentos teórico-metodológico e ético-políticos da profissão em determinado momento histórico. [...] Operacionalmente definidos como o processo de conhecimento, análise e interpretação de uma determinada situação social (MIOTO, 2009, pp. 487- 488).

Segundo a lei que regulamenta a profissão de assistente social, uma de suas competências é realizar estudo socioeconômico com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (Lei 8.662,1993). É um instrumento importante para conhecer a realidade dos usuários, com os quais se trabalha, visando sua compreensão e intervenção quanto ao acesso aos serviços e programas oferecidos.

Ainda, é importante destacar que o(a) assistente social permanece a disposição dos estudantes durante todas as etapas do processo de concessão de benefícios. Configura-se como um processo interventivo do(a) profissional na Política de Assistência Estudantil com vistas a orientar e informar os estudantes, conforme prevê a Lei nº 8.662/1993 de 7 de Junho de 1993 que constituem competências do assistente social:

¹⁰ [...] vulnerabilidade social se constitui como construção social, enquanto produto das transformações societárias, assumindo diferentes formas de acordo com os condicionantes históricos. Essas transformações acabam por desencadear fundamentais mudanças na esfera da vida privada, acentuando fragilidades e contradições (MONTEIRO, 2011, p. 34).

Art. 4ª. Das competências do Assistente Social:

V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa dos seus direitos.

Trata-se de uma metodologia de trabalho do(a) assistente social na CAE que tem por objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades entre os(as) estudantes e contribuir para a permanência dos mesmos na instituição, pois, é nessa perspectiva que o Serviço Social está inserido.

De acordo com a resolução 137/2015 que dispõe sobre o regulamento da concessão de auxílios da assistência estudantil do IF Farroupilha a Coordenação de Assistência Estudantil, fica responsável de realizar o acompanhamento dos estudantes beneficiários dos auxílios como forma de garantir a articulação do repasse dos recursos financeiros com outras ações que efetivamente possam promover a permanência e êxito.

3.2 POSSIBILIDADES E DESAFIOS NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O Instituto Federal Farroupilha é uma possibilidade de ação do(a) assistente social na área da educação, embora, não seja um espaço de trabalho tão consolidado nos dias de hoje. Segundo (Backx, 2013):

Nos idos dos anos 1960 várias secretarias de educação contavam com esse profissional em grandes cidades, o quadro não foi ampliado e os profissionais migraram para outras áreas da política social. Mas a presença de assistentes sociais permaneceu constante em universidades que contam com programas de assistência ao estudante (2013, p. 121).

Assim sendo, há uma necessidade de inserção do(a) assistente social no campo educacional, pois no espaço escolar – um dos principais equipamentos sociais - enfrenta-se complexas expressões da questão social, como pobreza, desemprego, violência, não acesso às políticas sociais, desigualdade e exclusão social, entre tantas outras, o que reitera a importância da atuação do(a) profissional frente a estas demandas que muitas vezes não são trabalhadas pela escola.

É importante ressaltar que o(a) assistente social é um dos profissionais que trabalha com as múltiplas e diferenciadas expressões da questão social, as quais, são vivenciadas pelos sujeitos nas relações sociais cotidianas e, é nelas que tem sua atuação direta (IAMAMOTO, 2011). A questão social é compreendida como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade (Ibidem, 2011, p. 27).

Como bem lembra Iamamoto (2004, p. 17), a “questão social expressa as diferentes disparidades – econômicas, políticas e culturais das classes - mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais”. Para Torres (2009, p. 3), “é essencial pensar a questão social não somente como cenário onde o exercício profissional do assistente social se materializa, mas também nela mesma e em suas expressões como dimensões constitutivas desse exercício”.

Portanto, não se trata de analisar a questão social, mas sim as expressões que dela resultam e estão presentes no fazer profissional, como por exemplo: o desemprego, a violência, o analfabetismo, moradia, não acesso à saúde, entre muitos outros.

Segundo o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (2001), o papel do(a) assistente social nesta política se dá para combater problemas sociais como: evasão escolar, baixo rendimento escolar, problemas com disciplina, vulnerabilidade às drogas, falta de acesso aos serviços sociais tanto dos estudantes como de suas famílias. Para Almeida (2000, p. 74), o campo educacional:

[...] torna-se para o assistente social hoje não apenas um futuro campo de trabalho, mas sim um componente concreto do seu trabalho em diferentes áreas de atuação que precisa ser desvelado, visto que encerra a possibilidade de uma ampliação teórica, política, instrumental da sua própria atuação profissional e de sua vinculação às lutas sociais que expressam na esfera da cultura e do trabalho [...].

Com a formalização do decreto nº 7.234 a assistência estudantil foi reconhecida como política de Estado e teve seu direito reconhecido em lei. Assim, a assistência estudantil, como uma política social, passou a ser espaço de trabalho

para o(a) profissional assistente social. Para Sposati (2010, p. 23), o assistente social juntamente com outros profissionais está inserido nas políticas sociais, e “está diretamente vinculado à efetivação dessas políticas, entendidas enquanto mecanismos de enfrentamento da questão social, resultantes do confronto capital-trabalho”.

Nessa perspectiva, o espaço de trabalho do(a) assistente social no IFFar é a Assistência Estudantil. Essa política tem por objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades entre os estudantes e contribuir para a permanência dos mesmos, com medidas que minimizem situações de retenção e evasão. O exercício profissional do(a) assistente social se dá na Coordenação de Assistência Estudantil e se desenvolve em um contexto de não apenas trabalhar com as necessidades emergentes, mas também de propiciar processos informativos que contribuam para o desenvolvimento dos estudantes. Também é o profissional que trabalha diretamente com os auxílios financeiros oferecidos pela Assistência Estudantil aos discentes.

A CAE faz parte do organograma funcional do IFFar - *Campus* Júlio de Castilhos, estando diretamente ligada à Direção de Ensino e, sua finalidade é de colaborar para a efetiva execução da política de assistência estudantil. Promove a gestão dos recursos do PNAES, que apoia a permanência dos estudantes, viabilizando a igualdade de oportunidades entre todos, além de planejar os projetos e ações da assistência estudantil e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

A equipe da Assistência Estudantil é multiprofissional, composta por: assistente social, assistente de alunos, psicóloga, nutricionista, médico, odontólogo, técnica em enfermagem e enfermeira. Caracteriza-se como um verdadeiro trabalho em equipe, onde todos são capazes de colaborar, opinar e tomar decisões em conjunto. A assistente social atua com a preocupação de desenvolver ações integradas visando repercussão efetiva nas condições de vida dos estudantes na instituição. Dessa forma:

O profissional assistente social vem trabalhando em equipe multiprofissional, onde desenvolve sua atuação, conjuntamente com outros profissionais, buscando compreender o indivíduo na sua dimensão de totalidade e, assim, contribuindo para o enfrentamento das diferentes expressões da questão social, abrangendo os direitos humanos em sua integralidade, não só a partir da ótica meramente orgânica, mas a partir de todas as necessidades que estão relacionadas à sua qualidade de vida. (CFESS. RESOLUÇÃO Nº 557/2009).

O Código de Ética do/a Assistente social, em seu Artigo 10, *alínea d*, diz “incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar”¹¹. Desse modo, o trabalho interdisciplinar é fundamental para uma prática efetiva porque busca decifrar as particularidades da questão social, numa visão de totalidade.

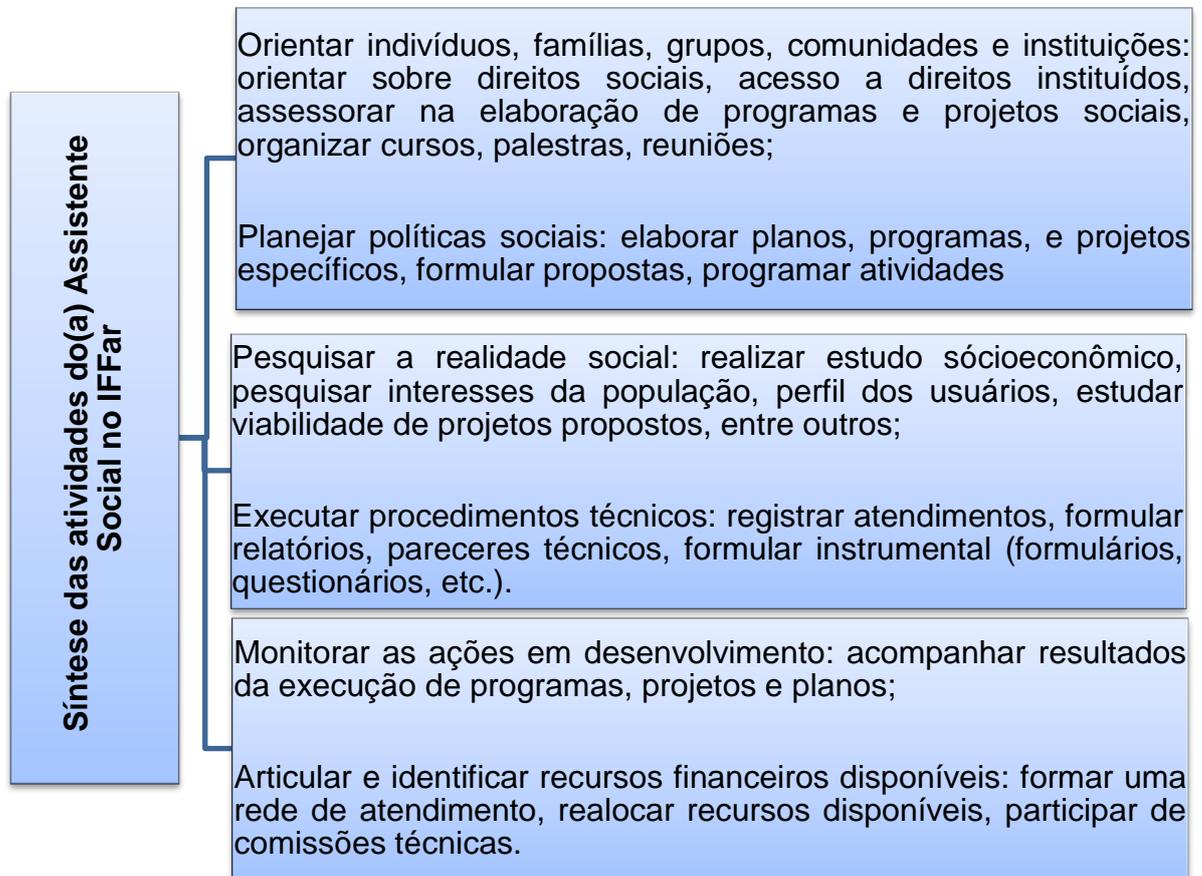
[...] constituem possibilidades de alianças com outras áreas do conhecimento na realização do trabalho em equipe, a partir de uma visão mais ampla no que se refere à efetivação do acesso ao direito, como cidadania e não apenas quanto a execução dos serviços prestados (CAVALCANTE; REIS; LIRA, 2011, p. 7).

Portanto, a assistente social do *Campus* também atua com uma equipe interdisciplinar, pois articulada com os demais setores da instituição trata dos assuntos relacionados ao acesso, permanência e êxito dos estudantes na vida escolar.

Atinente a isto, o desenvolvimento do trabalho e das funções do(a) assistente social na assistência estudantil do *Campus* é orientado por diversas atividades como:

¹¹ A interdisciplinaridade, favorecendo o alargamento e a flexibilização no âmbito do conhecimento, pode significar uma instigante disposição para os horizontes do saber. (...) Penso a interdisciplinaridade, inicialmente, como postura profissional que permite se pôr a transitar o “espaço da diferença” com sentido de busca, de desenvolvimento da pluralidade de ângulos que um determinado objeto investigado é capaz de proporcionar, que uma determinada realidade é capaz de gerar, que diferentes formas de abordar o real podem trazer (RODRIGUES, 1998, p. 156).

Figura 1 - Representação de algumas atividades desenvolvidas pelo(a) assistente social no Instituto Federal Farroupilha conforme descrição de atividades típicas do cargo.



Fonte: Instituto Federal Farroupilha. Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – Descrição das atividades, 2016.

As informações e encaminhamentos de demandas pertinentes à assistência estudantil também fazem parte do processo de trabalho do profissional, mas, para além dessa atividade busca encaminhar providências e promover o diálogo entre as diversas políticas públicas pretendendo atingir o indivíduo em sua complexidade.

No seu cotidiano do trabalho a assistente social busca orientar e informar os estudantes quanto o acesso de direitos e os serviços que eles estão buscando, através de ações que tornem a educação como uma prática de inclusão social e de emancipação dos sujeitos sociais.

As atribuições e competências dos/as assistentes sociais, [...] são orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional de 1993 (CEP), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), bem como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). (CFESS, 2012 p. 25).

Dessa forma, o profissional busca a identificação das demandas presentes na Instituição de Ensino, fazendo uma leitura da realidade social dos usuários com os quais trabalha. O exercício profissional do(a) assistente social na política de assistência estudantil, além de visar a garantia do direito ao acesso e permanência nas mais variadas modalidades de ensino, promove transformações na realidade em que está inserido(a).

No entanto, os espaços de atuação do(a) assistente social também apresentam contradições e desafios. Nesse sentido, durante a vivência de estágio supervisionado em SS, que ocorreu durante os meses março a junho de 2017, no *Campus* Júlio de Castilhos, foi possível perceber que os principais desafios da intervenção do Serviço Social na Instituição configuram-se principalmente quando se trata da concessão de benefícios para garantir o acesso, a permanência, êxito e a participação dos estudantes na realidade educacional. Os auxílios financeiros são destinados aos estudantes que comprovem estar em situação econômica vulnerável. No entanto, nem todos os estudantes que se enquadrarem nos pré-requisitos estabelecido em regulamento e edital serão contemplados, pois, o(a) profissional trabalha com o orçamento e recursos financeiros disponíveis para a política de assistência estudantil, assim, deve-se buscar outras ações que propiciem a permanência dos estudantes no IF Farroupilha.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse capítulo tem a finalidade de apresentar os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa. Para tanto, busca descrever o tipo de pesquisa, as técnicas utilizadas, bem como, a forma que se deu a coleta e análise dos dados.

Segundo Minayo (2002, p. 16) entende-se por metodologia “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Portanto, é um conjunto de técnicas, que inclui concepções teóricas de abordagem e que deve dispor de instrumental claro e coerente, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática.

Dessa forma, o interesse pelo tema, conforme referido anteriormente, tem origem na experiência de estágio supervisionado de Serviço Social no IFFar – *Campus* Júlio de Castilhos. Sendo assim, a pesquisa teve por finalidade responder a inquietações surgidas durante a vivência em relação aos estudantes que solicitaram os auxílios financeiros da assistência estudantil.

De acordo com Prates (2004) quando investigamos é para responder a indagações que são postas pela realidade, portanto, “uma pesquisa deve responder sempre a um problema, seja teórico ou prático” (PRATES, 2004, p. 123). Logo, essas inquietações que nos levam a investigação estão relacionadas à inserção no real e se inicia com base em um problema ou uma questão.

Também é fundamental explicitar o que se entende por pesquisa nesse trabalho. Nesse sentido, explica Minayo (2002, p. 17) que pesquisa pode ser concebida como: “a atividade básica da ciência na sua construção e indagação da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo”. Na visão de Gil (2007, p. 42), a pesquisa é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico”. Assim, a pesquisa além de dar respostas a indagações que surgem pela realidade também é uma construção de conhecimento científico, diferentemente da pesquisa do senso comum como explica Prates (2004).

No Serviço Social, a pesquisa se faz necessária, pois o(a) profissional precisa desvendar a realidade e as dimensões constitutivas da questão social a fim de identificar seu objeto de intervenção. Dessa forma, Guerra (2009, p. 01) diz que através da pesquisa é possível “[...] identificar e construir estratégias que venham a

orientar e instrumentalizar a ação profissional, permitindo não apenas o atendimento das demandas imediatas e/ou consolidadas, mas sua reconstrução crítica”.

Compreende-se que a pesquisa - cuja finalidade é investigar a realidade - orienta e instrumentaliza as ações cotidianas do(a) assistente social, incidindo sobre os modos de responder as demandas que surgem nas intervenções profissionais.

Ainda segundo Guerra (2009, p. 08), pesquisa é “um processo sistemático de ações, visando investigar/interpretar, desvelar um objeto que pode ser um processo social, histórico, um acervo teórico ou documental”.

Como o Serviço Social é uma profissão investigativa e interventiva compreende-se a importância de investigar e problematizar a realidade social dos usuários com os quais se trabalha. De acordo com Fraga (2009, p. 45):

O assistente social deverá imprimir em sua intervenção profissional uma direção, sendo necessário, para isto, conhecer e problematizar o objeto de sua ação profissional, construindo sua visibilidade a partir de informações e análises consistentes –atitude investigativa.

A autora refere ainda que a dimensão investigativa é fundamental, pois possibilita uma ação profissional com intencionalidade, visto que, sua ausência pode levar ao pragmatismo. Portanto, a pesquisa e a atitude de investigar devem estar presentes no cotidiano de trabalho do(a) assistente social, pois são elementos que permitem - além de uma reflexão crítica – apreender, entender e desvendar a realidade na qual se pretende intervir.

4.1 DESENHO DO ESTUDO

Toda pesquisa tem início com base em um questionamento de determinada realidade na qual estamos inseridos. Para Minayo (2002, p. 17), “nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática”. Prates (2004, p. 126) afirma que “[...] é preciso que se faça uma avaliação acerca da viabilidade concreta de investigá-lo, considerando não só nosso interesse, mas as condições objetivas [...]”. Essas condições objetivas, segundo Prates (2004), seriam as condições estruturais, econômicas e políticas para a sua realização e, mais que isso, a sua pertinência e legitimidade. Assim, a pesquisa resulta de indagações realizadas no decorrer do estágio curricular supervisionado na

CAE do *Campus* Júlio de Castilhos, considerando, a relevância do tema e sua contribuição para a instituição.

Para Minayo (2002, p. 18) “toda investigação se inicia por um problema, com uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta [...]”. Dessa maneira, a questão elaborada para responder aos questionamentos que permearam esta pesquisa constitui em desvelar se os auxílios financeiros da assistência estudantil contribuíram para a permanência e êxito dos estudantes.

A partir dessa indagação, buscaram-se subsídios por meio dos instrumentais e documentos como - os diários de campo, análise institucional e relatório de estágio - elaborados durante a experiência na CAE. Ainda, é importante ressaltar que no IFFar a assistência ao estudante constitui-se de várias ações e programas. No entanto, o tema da pesquisa delimitou-se aos auxílios estudantis na modalidade de transferência de renda devido à maior aproximação com este programa no estágio curricular supervisionado em SS.

Depois de elaborado o projeto de pesquisa, a primeira providência foi de ir à busca da autorização institucional, nesse caso, a autorização do gestor do Instituto Federal Farroupilha para a realização da pesquisa documental junto ao *Campus* Júlio de Castilhos. Posteriormente, encaminhou-se o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Após a autorização do CEP, no dia oito de agosto do ano de 2017, a coleta de dados teve início e realizou-se através de pesquisa documental junto a Coordenação de Assistência Estudantil e da Coordenação de Registro Acadêmico (CRA). A amostra se deu a partir de dados retrospectivos do ano de 2016 da listagem dos estudantes que concorreram aos auxílios financeiros da assistência estudantil e dos seus respectivos processos de solicitações.

O objetivo geral da pesquisa buscou verificar se os auxílios financeiros, na modalidade de transferência de renda (auxílio permanência, transporte, eventual, participação de discente a eventos e estudante atleta), ofertados pelo IFFar *Campus* Júlio de Castilhos, através da PNAES contribuíram para a permanência e êxito dos estudantes beneficiados no ano de 2016, minimizando situações de retenção e evasão. Os objetivos específicos buscaram identificar o perfil socioeconômico dos estudantes que solicitaram os auxílios financeiros da assistência estudantil, e verificar o percentual de permanência e evasão entre os estudantes em questão,

com vistas a fomentar o debate sobre a política de assistência estudantil a partir da realidade social dos estudantes do *Campus* de Júlio de Castilhos.

A coleta dos dados que identificou o perfil socioeconômico dos estudantes que concorreram aos auxílios foi guiada pelos elementos (sexo, idade, grupo familiar, renda familiar), necessários para traçar o perfil (APÊNDICE A). Da mesma forma, foi organizado com base no formulário de cadastro socioeconômico organizado pelo IFFar e necessário à inscrição para concorrer aos auxílios.

Para identificar o perfil socioeconômico utilizaram-se também os processos das solicitações dos/as estudantes que solicitaram os auxílios financeiros da assistência estudantil no ano de 2016.

Para verificar o índice de permanência e evasão, entre os estudantes mencionados, utilizaram-se os documentos da coordenação de registro acadêmico da instituição. Realizou-se uma análise comparativa da lista dos estudantes contemplados com os auxílios financeiros no ano de 2016 com os registros dos acadêmicos na CRA que constam o histórico dos estudantes que permaneceram na instituição e aqueles em situação de evasão, mensurando os números de registros e o percentual dessas ocorrências no IFFar - *Campus* Júlio de Castilhos.

4.2 O ENFOQUE DA PESQUISA: TIPO E MÉTODO

De acordo com Guerra (2009, p. 08), “a pesquisa exige rigor, métodos e técnicas apropriadas [...]”. Portanto, a pesquisa só existe com o apoio de procedimentos metodológicos adequados que permitam a aproximação ao objeto de estudo. Trata-se das concepções teóricas e da escolha das técnicas que serão utilizadas.

Desta forma, a pesquisa percorreu basicamente dois momentos: pesquisa documental e pesquisa bibliográfica, com as quais, buscaram-se subsídios para a compreensão da política de assistência estudantil, à política adotada pela Instituição em foco e sobre o programa de assistência estudantil, no caso, os auxílios financeiros, objeto de análise. Segundo Pádua (1997, p. 62):

Pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências [...].

Ainda de acordo com Prates (2004), ao definirmos que a pesquisa será por uma análise documental é importante explicitar o tipo das fontes e dos documentos dos quais vamos nos valer. Para Ludke e André (1986) podemos considerar documentos quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação.

Dessa forma, para realizar a coleta dos dados foram utilizados os processos das solicitações dos/as estudantes que concorreram aos auxílios financeiros no ano de 2016 e os registros dos acadêmicos quanto à situação da sua matrícula. A coleta dos dados realizou-se durante os meses Agosto e Setembro do ano de 2017 – totalizando 349 documentos analisados. Também foram utilizados os documentos elaborados durante o período de estágio, que colaboraram com o desenvolvimento da pesquisa¹².

A pesquisa bibliográfica também foi utilizada para fundamentar este estudo, visto que, caracteriza-se pela busca do que já se produziu e se registrou a respeito do tema de pesquisa. Para Gil (2002, p.44), “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Do mesmo modo, Prates (2004) assinala que a partir da revisão da bibliografia é preciso identificar produções atualizadas e estudos já realizados sobre o assunto, uma vez que ampliam o conhecimento.

Nesse sentido, a pesquisa é quanti-qualitativa, pois além de mensurar os números de registros e o percentual de permanência e evasão dos estudantes pesquisados trás reflexões sobre os dados obtidos baseando-se na revisão de literatura e na realidade vivenciada pelos estudantes.

Para Bourguignon (2007, p. 52), “o sujeito se revela através dos dados quantitativos, pois estes trazem à tona expressões concretas de sua realidade, quando trabalha condições de vida, renda ou ocupação”. Para Minayo (2002, p. 21), a pesquisa qualitativa “responde a questões muito particulares”. Ou seja, se

¹² Os documentos elaborados durante a vivência de estágio e que foram utilizados são: os diários de campo, análise documental e o relatório de estágio.

preocupa com um nível de realidade que não pode ser apenas quantificado (Ibidem, 2002).

Ainda de acordo com Bourguignon (2007), o diferencial está na forma como se trata estes dados:

São as determinações objetivas, expressas através da pesquisa, que podem fundamentar análises sobre a riqueza da realidade, avaliar projetos e programas sociais e redirecionar ações que garantam a dignidade deste sujeito e os seus direitos sociais, civis e políticos. Precisamos evidenciar que os dados quantitativos não expressam apenas o desenvolvimento econômico de um país, mas como este desenvolvimento incide sobre as condições de vida do cidadão (Ibidem, 2007, p. 52).

Dessa forma, devemos considerar que a relação com o sujeito se faz através da pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa. Já que, segundo Minayo (2002, p. 22), o conjunto de dados quanti-qualitativos se complementam, "pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia".

Para Prates (2004), quantificar é fundamental, embora, somente os números não sejam suficientes e necessitem ser complementados. No entanto, para se propor uma política de enfrentamento é fundamental mensurar, mas também é necessário conhecer a realidade com a qual se pretende trabalhar. Desse modo, para além de apresentar somente números, buscou-se realizar reflexões sobre os dados obtidos baseando-se na revisão de literatura.

Da mesma forma, Prates (2004) explica que é de fundamental importância o planejamento da pesquisa e a utilização de métodos científicos para que de fato ela se materialize. Segundo Oliveira (1997, p. 57), método "deriva da metodologia e trata do conjunto de processos pelos quais se torna possível conhecerem uma determinada realidade, produzir determinado objeto ou desenvolver certos procedimentos ou comportamentos." Portanto, o método pode ser considerado o caminho percorrido pelo pesquisador para se chegar a natureza de um problema e/ou a finalidade proposta na pesquisa. É ele que apresenta os passos que o pesquisador deve seguir para obter os dados e também analisá-los.

A metodologia utilizada na análise do estudo está alicerçada no método dialético-crítico. Esse método, segundo Frigotto (1994, p. 72 apud Prates, 2004):

[...] se caracteriza pela ruptura entre as análises pseudoconcretas, metafísicas de diferentes matrizes e a ciência da história ou do humano-social, epistemologicamente radical (que vai à raiz), atingindo as leis fundamentais da organização, desenvolvimento e transformação dos fatos e problemas histórico-sociais.

O método compreende o movimento dos fenômenos, ou seja, exige ir além do aparente. Mendes e Prates (2007) compreendem a dialética como antes de tudo um modo de ver a vida, como movimento permanente, como processo e que precisa ser contemplado na análise das formas e fenômenos sociais. Isto significa que é possível compreender o fenômeno em sua totalidade através do método dialético. Corroborando, Prates (2004, p. 124) afirma ainda que:

O método dialético-crítico contempla, no processo investigativo, o equilíbrio entre condições subjetivas e objetivas, o movimento contraditório de constituição dos fenômenos sociais contextualizados e interconectados à luz da totalidade e a articulação entre dados quantitativos e qualitativos, forma e conteúdo, razão e sensibilidade.

Segundo Zago (2013, p. 112), “a dialética marxiana pressupõe uma visão totalizante do real, ou seja, por meio dela tenta-se perceber os diferentes elementos sociais como interligados a uma mesma totalidade”. No mesmo sentido Türck (2007), menciona o método dialético-crítico como um fio condutor do exercício profissional do(a) assistente social no que diz respeito tanto ao conhecimento da realidade, como para a intervenção.

Por fim, essa pesquisa teve por finalidade verificar se os auxílios financeiros da assistência estudantil do IFFar – *Campus* Júlio de Castilhos contribuíram para a permanência e êxito dos estudantes no ano de 2016. Dessa forma, através do método, buscou-se entender e compreender a realidade pesquisada a partir da articulação de todos os fatores analisados e que dizem respeito ao cotidiano dos estudantes em questão. O próximo item explica como se realizou a análise dos dados desta pesquisa.

4.3 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Para realizar a análise dos dados da pesquisa, utilizou-se da estatística simples. A análise dos dados ocorreu através do agrupamento das informações obtidas na pesquisa documental. Os dados foram lançados em tabela organizada e

na sequência apresentados em gráficos e analisados pelas médias das frequências encontradas. Após a organização em quadros ou gráficos foram apresentadas informações e interpretações sobre os dados coletados.

Em relação aos aspectos éticos, os procedimentos foram embasados na Resolução n.º 510/2016, cujo propósito é proteger os sujeitos participantes da pesquisa. A coleta e análise dos dados da pesquisa ocorreram na sala da profissional assistente social, sem o acesso dos estudantes e nem de outros profissionais do *Campus*. Tendo em vista serem documentos confidenciais, foi firmado um termo de compromisso para utilização dos dados e esses, terão sua privacidade garantida, mantendo em sigilo as informações referentes aos indivíduos investigados e respeitando os princípios éticos da pesquisa.

O Código de Ética do(a) Assistente Social garante ao profissional em seu art. 2º, letra *i* a “liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos”. Em contrapartida o art. 5º, letra *d*, desse código refere que é dever do assistente social, nas relações para com os usuários “devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento de seus interesses”.

Dessa forma, pretende-se realizar a devolução e socialização dos resultados no IFFar – *Campus* Júlio de Castilhos disponibilizando uma cópia deste TCC impressa e, também, colocando-se à disposição para apresentar os resultados da pesquisa, caso a instituição julgue conveniente.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo tem como finalidade apresentar a análise dos dados referente à pesquisa realizada sobre a contribuição dos auxílios financeiros – na modalidade de transferência de renda - da assistência estudantil do IFFar – *Campus* Júlio de Castilhos na permanência dos estudantes. Está dividido em dois itens: no primeiro, serão apresentados dados sobre o perfil socioeconômico dos acadêmicos que concorreram aos benefícios; e, no segundo serão apresentados os dados referentes ao percentual de permanência e evasão dos estudantes em questão. Em ambos, serão realizadas reflexões sobre os dados obtidos baseando-se na revisão de literatura.

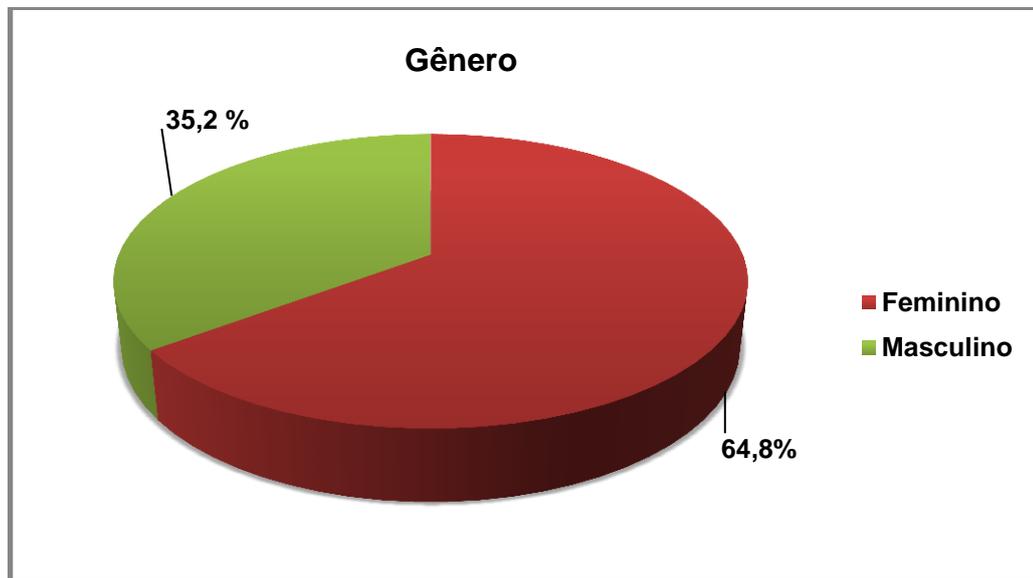
Ainda, nesse capítulo propõe-se conhecer a realidade socioeconômica desse segmento, dimensionando os reais níveis de vulnerabilidade e traçando um perfil dos(as) estudantes que solicitam os auxílios financeiros. Busca ainda, reafirmar a contribuição da política de assistência estudantil nos institutos federais que deve ser pautada nos direitos sociais e na cidadania, a fim de minimizar as consequências resultantes das desigualdades econômicas e sociais durante a permanência dos estudantes nestas instituições.

5.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES QUE CONCORRERAM AOS AUXÍLIOS FINANCEIROS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

É importante ressaltar que os programas de auxílio financeiro ofertados pelo IFFar, através do PNAES, têm um significado importante para os estudantes que se encontram em situação econômica vulnerável. Cabe destacar que a assistência estudantil também está voltada para outras ações e seu foco não está somente ligado aos auxílios estudantis financeiros. No entanto, estes são indispensáveis para que os estudantes permaneçam nas instituições de ensino.

Dessa forma, a finalidade desse item é conhecer o perfil socioeconômico dos estudantes que concorreram aos auxílios financeiros da assistência estudantil no ano de 2016.

Gráfico 1 - Gênero dos estudantes que concorreram aos auxílios financeiros da assistência estudantil no ano de 2016



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Observa-se que, dos 349 estudantes que concorreram aos auxílios financeiros no ano de 2016, 226 eram do gênero feminino, totalizando 64,8%, e 123 estudantes eram do gênero masculino, num total de 35,2%. Dessa forma, os dados revelam uma predominância do gênero feminino, dentre os estudantes que mais solicitaram os benefícios da assistência estudantil no IFFar – *Campus* Júlio de Castilhos.

Nesse sentido, supõem-se duas interpretações: a) que as estudantes do *Campus* possivelmente estivessem em situação socioeconômica mais vulnerável do que os estudantes homens durante o processo de seleção para concessão dos auxílios da assistência estudantil no ano de 2016; b) que os estudantes homens não conseguiram realizar a sua inscrição e entregar a documentação necessária no prazo previsto em edital.

Salienta-se que esse dado é muito significativo, tendo em vista que as mulheres ingressaram tardiamente no sistema educacional. Dessa maneira, o percentual representa que as mulheres estão ocupando cada vez mais espaços – a universidade - que antes era frequentada em grande parte por homens e, se inserindo nos programas de apoio ao estudante, visando garantir sua permanência na instituição.

Para corroborar, os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)¹³ afirmam que o número de mulheres que ingressam no ensino superior supera o de homens. E, em razão disso, as mulheres também é maioria na conclusão dos cursos.

Tabela 1 – Faixa etária dos estudantes que concorreram aos auxílios financeiros da assistência estudantil no ano de 2016

Faixa etária	Quantidade
<15 anos	3%
15 a 18 anos	29,5%
18 a 21 anos	18%
21 a 25 anos	17%
25 a 30 anos	9%
30 a 35 anos	9,5%
35 a 40 anos	5%
40 a 50 anos	6%
>50 anos	3%

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Constata-se que a faixa etária dos estudantes que concorreram aos auxílios financeiros da assistência estudantil é heterogênea, predominando a faixa dos 15 a 18 anos, com um percentual de 29,5% (103 estudantes), seguido da faixa etária dos 18 a 21 anos, totalizando 18% (63 estudantes). Logo, trata-se dos estudantes adolescentes que estão cursando a modalidade de ensino - nível técnico integrado ao ensino médio - e adultos jovens que estão cursando o ensino superior.

Tabela 2 - Naturalidade dos estudantes que concorreram aos auxílios financeiros da assistência estudantil no ano de 2016

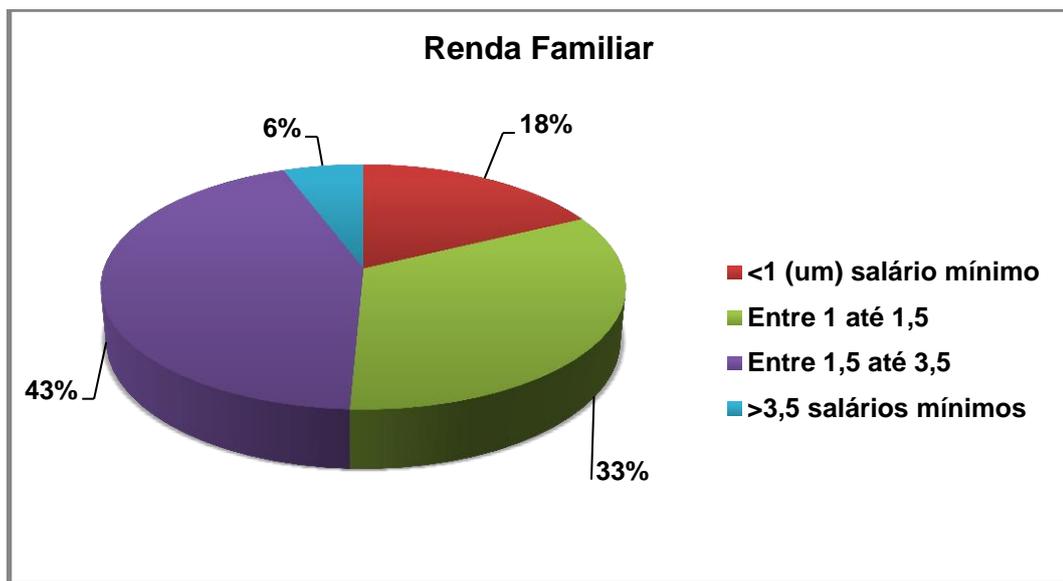
Naturalidade	Quantidade
Tupanciretã	40%
Júlio de Castilhos	30%
Santa Maria	5%
Nova Palma	4%
Pinhal Grande	2%
Outros	18%
Não informado	1%

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

¹³ O percentual médio de ingresso de alunas até 2013 foi de 55% do total em cursos de graduação presenciais. [...] do total aproximado de 6 milhões de matrículas, 3,4 milhões foram de mulheres, contra 2,7 milhões do sexo oposto. Na conclusão dos estudos, 491 mil alunas formaram-se, enquanto 338 mil homens terminaram seus cursos em 2013. FONTE: Ministério da Educação. Mulheres são maioria no ingresso e na conclusão de cursos superiores, 2015.

Verifica-se que a naturalidade dos estudantes abrange a região do Município de Júlio de Castilhos, considerando que a origem é a cidade onde o aluno reside ou residiam com seus familiares antes de se deslocar para estudar no Instituto. De acordo com o demonstrativo da tabela as cidades que mais prevalecem é da região central, sendo que Tupanciretã é o contingente com maior número de estudantes que solicitaram o auxílio financeiro da assistência estudantil, totalizando um percentual de 40%. Outras cidades foram mencionadas, como Júlio de Castilhos 30%, Santa Maria 5%, Nova Palma 4%. As demais localidades apesar de apresentarem um percentual de 18% foram consideradas na categoria outros, por se tratarem de cidades distintas e, se fossem apontadas, sua totalidade não significaria um número expressivo para a amostra.

Gráfico 2 - Renda familiar dos estudantes que concorreram aos auxílios financeiros da assistência estudantil no ano de 2016.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

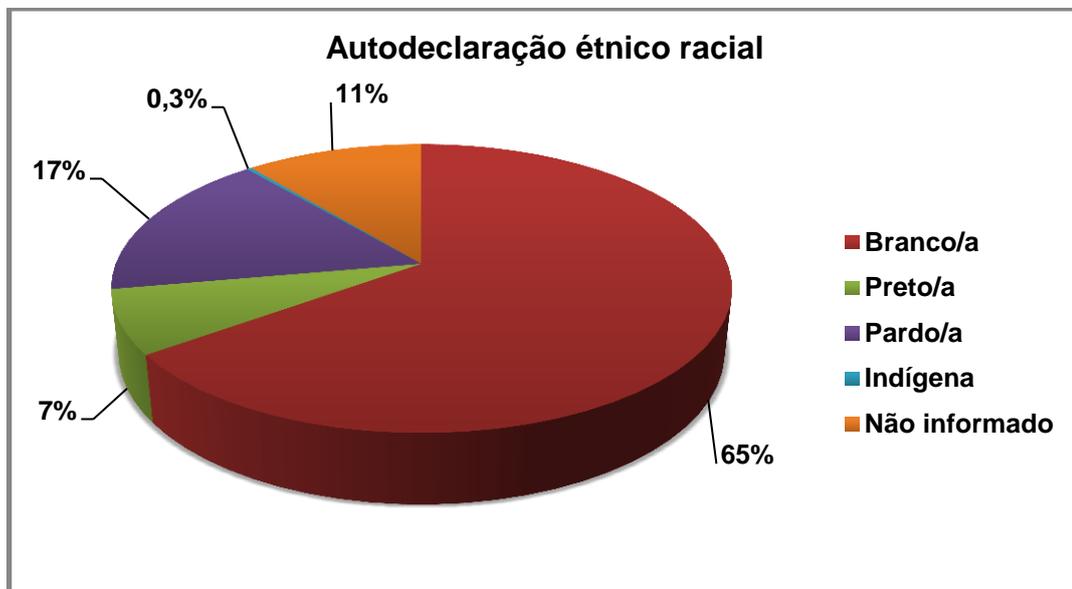
Quanto à renda familiar, verificou-se que a maioria dos estudantes que solicitaram o benefício da assistência estudantil tinham renda entre 1,5 até 3,5 salários mínimos totalizando 43%, seguido da renda de 1 até 1,5 salários mínimos num total de 33%. Os estudantes que mais solicitaram esta modalidade de auxílio estudantil no ano de 2016 se concentram nas faixas “intermediárias” de renda mensal domiciliar entre 1 e 3,5 salários mínimos. Observou-se que a renda familiar

da maioria dos estudantes coincide com a renda média mensal do município de Júlio de Castilhos RS, que era de 2,2 salários mínimos, respectivamente, no ano de 2015.

Ressalta-se também que dos 349 estudantes analisados, 62 (18%) tinham renda familiar menor que um salário mínimo, encontrando-se no momento em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Logo, compreende-se que os alunos de origem socioeconômica menos privilegiada estão se beneficiando em grande escala dos auxílios financeiros ofertados pelo IFFar através do PNAES.

Considerou-se no momento da coleta dos dados a renda familiar total declarada, ou seja, o somatório da renda individual dos moradores da mesma residência. Atinente a isto, destaca-se a composição do grupo familiar, ou seja, o número de pessoas com as quais os estudantes que solicitaram o benefício no ano de 2016 residiam. Assim, dos 349 alunos, 92 (26%) residiam com duas pessoas, 86 (25%) residiam com três pessoas, 84 (24%) com uma pessoa, seguido de 39 estudantes (11%) que residiam com quatro pessoas. Aqueles que residiam sozinhos ou com mais de cinco pessoas ou não informaram totalizaram 14% dos estudantes.

Gráfico 3 - Autodeclaração étnico racial dos estudantes que concorreram aos auxílios financeiros da assistência estudantil no ano de 2016



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Os dados étnicos raciais foram obtidos pelo modo autodeclarado, ou seja, os próprios estudantes que atribuíram a si um pertencimento racial diante das opções fornecidas no cadastro socioeconômico necessário para concorrer aos auxílios

financeiros da assistência estudantil. Quando indagados sobre sua etnia, os estudantes se autodeclararam na sua grande maioria branco(a) (65%), seguido de pardo(a) (17%) e preto(a) (7%). Apenas um estudante se autodeclarou indígena.

A partir desses dados, pode-se dizer que apesar de o acesso dos(as) negros(as) ao ensino superior ou tecnólogo ter crescido nos últimos anos, a proporção dos estudantes pardos(as) ou pretos(as) que frequentam a universidade ou institutos federais ainda não chegou ao mesmo nível que daqueles que se autodeclararam brancos(as), segundo o resultado do censo demográfico de 2010 divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁴.

Com a Lei de Cotas - uma importante forma de acesso ao ensino superior - se estabeleceu regras para o acesso nesses estabelecimentos de ensino e se instituiu as ações afirmativas que preveem a reserva de vagas, em diferentes proporções, para estudantes oriundos/as do ensino público, de baixa renda, negros/as e indígenas.

Contudo, constatou-se que dos 349 estudantes analisados, 75% (261) não ingressaram na instituição por cotas. Destes somente 8% (29) ingressaram na instituição por cota racial/pardo(a), 3% (12) por cota racial/preto(a) e somente 2% (6) ingressaram na instituição por cota social/renda. E, 12% desses estudantes não informaram se o seu ingresso ocorreu por via da Lei de Cotas ou não.

Tabela 3 – Situação laboral dos estudantes que concorreram aos auxílios financeiros da assistência estudantil no ano de 2016

Situação Laboral	Quantidade
Não Trabalha	52%
Trabalho formal	21,5%
Desemprego	9,5%
Trabalho informal	5%
Bolsista IFFar / Bolsista PIBID	4%
Estágio Remunerado	3%
Jovem Aprendiz	1%
Aposentadoria/Pensão	1%
Não informado	3%

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

¹⁴ O Censo Demográfico de 2010 apontou a grande diferença que existe no acesso a níveis de ensino pela população negra. No grupo de pessoas de 15 a 24 anos que frequentava o nível superior, 31,1% dos estudantes eram brancos, enquanto apenas 12,8% eram pretos e 13,4% pardos (IBGE, 2010).

Quanto à situação laboral dos estudantes que concorreram aos auxílios financeiros no ano de 2016, constata-se que dos 349 analisados, 181 (52%) não trabalhava, 75 (21,5%) tinha trabalho formal, ou seja, com registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), seguido de 33 estudantes (9,5%) que se encontravam desempregado. O trabalho informal foi apontado por 17 estudantes e corresponde ao trabalho sem vínculos registrados na CTPS ou documentação equivalente. Apenas 15 estudantes eram bolsistas da instituição ou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e 12 estudantes estavam em estágio remunerado.

O percentual de estudantes que não trabalha é bem significativo, mas precisa-se levar em conta que grande parte dos estudantes está na faixa etária dos 15 aos 18 anos, portanto, no momento estavam apenas estudando e não tinham atividade laboral. Por isso, nota-se a predominância na solicitação quanto aos estudantes que não trabalham ou no momento estão em situação de desemprego, pois é uma forma de garantir sua permanência, êxito e conclusão nos cursos.

Salienta-se ainda, que desses 349 estudantes 94 estão inseridos em algum programa social, como: 81 estudantes recebem o programa Bolsa Família; cinco (5) recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e oito (8) somente estão cadastrados no Cadastro Único (CadÚnico), os demais não estão inseridos em programas sociais ou não informaram.

Tabela 4 – Cursos dos estudantes que concorreram aos auxílios financeiros da assistência estudantil no ano de 2016

Curso	Quantidade
Técnico em Agropecuária Integrado	20%
Bacharelado em Administração	13%
Licenciatura em Ciências Biológicas	12%
Licenciatura em Matemática	10%
Técnico em Informática	10%
PROEJA Técnico em Comércio	9%
PROEJA – FIC	7%
CST. Produção de Grãos	6%
Técnico em Alimentos	6%
CST. Agronegócio	5%
Subsequente Técnico em Agropecuária	1%
Bacharelado em Sistema de Informação	1%

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Todos os estudantes matriculados em cursos presenciais no IFFar e com efetiva frequência podem solicitar os auxílios da assistência estudantil na modalidade de transferência de renda. Dos 349 analisados, os cursos que mais predominaram foram: Técnico em Agropecuária Integrado - o estudante cursa o ensino médio concomitante ao curso técnico - totalizando 69 (20%); seguido dos cursos superiores Bacharelado em Administração 46 alunos (13%), licenciatura em Ciências Biológicas 44 (12%) e licenciatura em Matemática 35 (10%). Percebe-se que os estudantes dos cursos noturnos são os que mais solicitaram esse tipo de auxílio no ano de 2016, totalizando 240 alunos que estudam à noite. Esse dado perpassa com os dados da questão laboral dos estudantes de cursos noturnos, uma vez que a grande maioria mencionou nos cadastros socioeconômicos que se encontravam em situação de desemprego no ano de 2016, um condicionante que pode levar a evasão ou adiamento do curso.

Da mesma forma, os discentes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio também apresentam um condicionante que pode levar a evasão escolar, pois, estudam em tempo integral, ficando no *Campus* pela manhã e tarde. Grande parte dos estudantes oriunda de outras cidades e reside em pensões próximas, casas de familiares na cidade ou utilizam o transporte como forma de deslocamento diário. Assim, este dado também reforça a importância desses estudantes estarem inseridos no contexto dos auxílios financeiros da assistência estudantil.

Nessa perspectiva, é importante destacar que o número maior de alunos demandando por este tipo de auxílio, em geral, é oriundo de escola pública, ou seja, dos 349 apenas 10 estudantes que solicitaram o benefício cursaram o ensino fundamental e médio em escolas particulares. Desses dez, seis referiram ter bolsa integral, dois não passaram a informação escolar e apenas dois cursaram a escola particular sem bolsa.

Quanto aos benefícios, os mais solicitados foram os auxílios permanência e transporte, perfazendo um total de 484 solicitações para esta modalidade, ou seja, dos 349 estudantes, 135 solicitaram os dois tipos de benefício no ano de 2016. O auxílio estudante atleta obteve dezoito (18) solicitações; o de participação de discentes a eventos obteve dez (10) solicitações e o auxílio eventual – uma modalidade diferenciada das demais, conforme já mencionado – recebeu sete (7) solicitações.

Tabela 5 – Transporte que os estudantes utilizavam para se deslocar até o IFFar – Campus Júlio de Castilhos no ano de 2016

Transporte que utiliza para ir até o IFFar	Quantidade
Transporte Escolar Pago	47%
Transporte Coletivo	21%
Transporte Escolar público	8%
Transporte próprio (carro/moto)	6%
A pé/Carona/Bicicleta	4%
Não informado	14%

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Dos 349 estudantes pesquisados através do cadastro socioeconômico, 47%, equivalente a 163 discentes utiliza transporte escolar pago – vans e ônibus particulares - para o deslocamento até a instituição, que fica distante uns 10 km do centro da cidade. Seguido de 21% (73) que se desloca através de transporte coletivo; 8% dos estudantes mencionaram utilizar transporte escolar público – mas não houve conhecimento de que exista transporte público que faça a linha para o *Campus*. Os demais utilizam transporte próprio, ou se deslocam para a instituição através de carona/a pé ou de bicicleta. A partir desse dado, confirma-se a importância e necessidade de subsídios através da assistência estudantil para o deslocamento residência/campus/residência dos estudantes que se encontram em situação econômica vulnerável.

Nesse sentido, o perfil socioeconômico dos discentes que mais concorreram aos benefícios da assistência estudantil no ano de 2016, configura-se: do gênero feminino, faixa etária dos 15 a 18 anos, naturais da cidade de Tupanciretã RS, com renda familiar entre 1,5 até 3,5 salários mínimos, residiam com 2 pessoas, autodeclarados brancos, não ingressaram na instituição por cotas, sem atividade laboral, não estavam inseridos em programas sociais, cursando o curso Técnico Agropecuária integrado ao ensino médio, benefícios mais solicitados permanência e transporte e a forma de deslocamento até o *Campus* o transporte escolar pago.

Com isso, pode-se dizer que uma parcela dos estudantes do IFFar – *Campus* Júlio de Castilhos estão diretamente influenciados pelas expressões da questão social, evidenciadas pela vulnerabilidade socioeconômica entendida aqui pelo não acesso ao transporte público e ao desemprego do estudante ou responsável provedor da família, dentre tantos outros, podendo levar a evasão estudantil.

5.2 PERCENTUAL DE PERMANÊNCIA E EVASÃO

Segundo Carmo e Carmo (2014), ao realizarem uma pesquisa sobre o termo *permanência*, identificaram um caráter polissêmico, ou seja, a expressão poderia assumir tanto a ideia de inércia quanto a ideia de resistência, sendo este último significado o mais apropriado para se compreender o que prevê o PNAES. Portanto, no IFFar – *Campus* Júlio de Castilhos a expressão *permanência* também compreende a ideia de resistência, pois está ligada a necessidade de se atender as demandas básicas dos(a) estudantes na instituição de acordo com as suas realidades, evitando a evasão/abandono escolar.

Embora a pesquisa tenha como foco a *permanência*, não se pode desconsiderar o termo *evasão/abandono escolar*¹⁵, pois, é necessário entender os condicionantes que fazem com que uns estudantes permaneçam e outros abandonem o sistema educacional. Após pesquisa bibliográfica sobre os termos, constatou-se que até os anos de 1990 os estudos sobre *permanência* no Brasil não eram frequentes, porém se trabalhava muito com a *evasão*. Então, o enfoque sobre a categoria *permanência* na educação superior do Brasil ocorreu somente, a partir dos anos 2000, com a instauração de políticas públicas voltadas à expansão da educação superior nas instituições públicas (ARAÚJO, 2013). Nesse sentido, Freitas (2009, p. 249) explica que:

Durante muitos anos, o foco das pesquisas sobre *evasão* de estudantes concentrou-se nas razões pelas quais esses jovens abandonam o sistema formal de educação. Mais recentemente, há uma tendência para que esse tipo de estudo examine como os estudantes podem ser encorajados a persistir na vida escolar, passando-se a enfatizar a prevenção da *evasão* e a *permanência* dos estudantes, ou seja, como estimulá-los a permanecer no sistema de ensino com sucesso.

Corroborando com a autora, Araújo (2013, p. 30), menciona um fator que também contribuiu para o debate sobre a *permanência* de estudantes na realidade educacional, ou seja, o desenvolvimento de políticas que acentuaram “a importância do acesso e da *permanência* das chamadas minorias, a partir da perspectiva da inclusão”.

Portanto, nesse contexto de ampliação/democratização das condições de

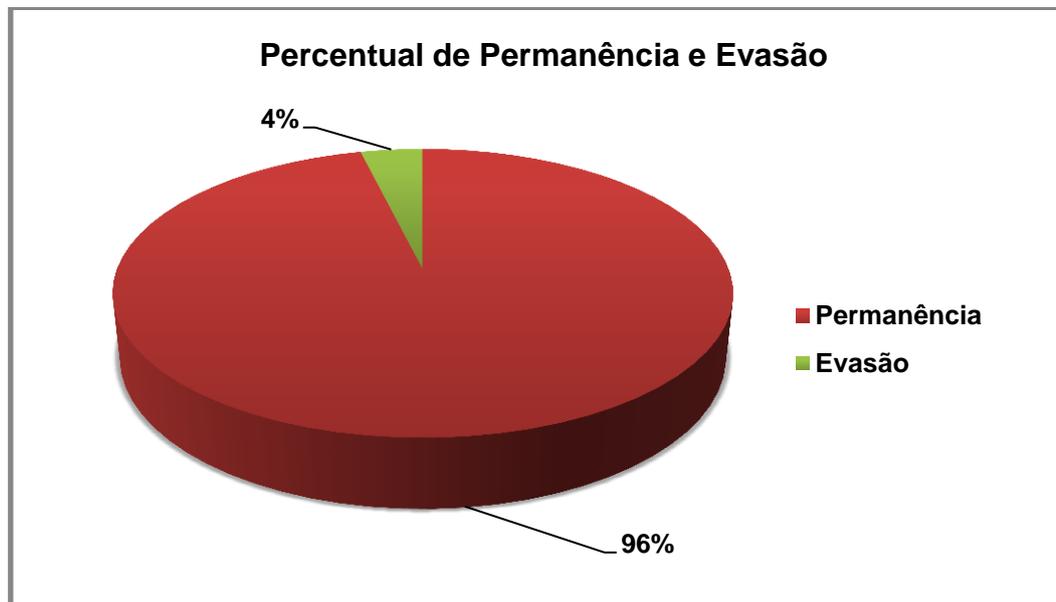
¹⁵ Segundo o INEP: “Abandono quer dizer que o aluno deixa a escola num ano, mas retorna no ano seguinte. *Evasão* significa que o aluno sai da escola e não volta mais para o sistema” (INEP, 1998).

acesso ao ensino público e para garantir mecanismos de assistência ao estudante o Estado formaliza a assistência estudantil, tornando-a como “estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais” (KOWALSKI, 2012, p. 25). Logo, compreende-se que contribui para a permanência e melhoria do desempenho acadêmico, reduzindo as taxas de retenção e evasão.

O Art. 206 da CF/88 estabelece que o ensino deva ser ministrado com base em alguns princípios, entre eles o da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988). Apesar de ser reconhecido legalmente, o acesso à política de educação não garante de forma simples a democratização e a permanência dos estudantes no sistema de ensino. Assim, cada Instituto Federal de Ensino tem a responsabilidade de criar programas de modo a cumprir os objetivos do PNAES. No IFFar - *Campus* Júlio de Castilhos, um dos focos da política é a manutenção financeira dos estudantes pois, embora seja uma das instituições públicas, muitos estudantes não têm condições de se manterem.

A partir dessas reflexões, apresenta-se o índice de permanência e evasão dos estudantes do IFFar – *Campus* Júlio de Castilhos que foram beneficiados com os auxílios financeiros da assistência estudantil no ano de 2016. Ao total, foram 349 solicitações de estudantes para concorrer a esta modalidade de auxílio estudantil. Desses, somente 237 foram contemplados, observando o número de vagas ofertadas para cada tipo (permanência, transporte, participação a eventos, eventual e estudante atleta). Dessa forma, constatou-se que dos 237 beneficiados, 96% (228) dos estudantes permaneceram na instituição no ano de 2016 e apenas 4% (9) dos estudantes estavam em situação de evasão, conforme retrata o gráfico abaixo.

Gráfico 4 – Percentual de Permanência e Evasão dos estudantes beneficiados com os auxílios financeiros da assistência estudantil no ano de 2016.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Salienta-se também que dos 237 estudantes contemplados, oito (8) concluiu o curso no ano de 2016. Desses 237, seis (6) apresentaram retenção e apenas um (1) estudante encontrava-se com a matrícula em situação de trancamento – não se entende por evasão, pois o discente pode retornar as atividades em tempo determinado pela instituição - conforme os dados obtidos na CRA. Dessa forma, certifica-se de que os auxílios financeiros ofertados pelo IFFar, na modalidade de transferência de renda, através do PNAES, contribuíram para a permanência e êxito dos estudantes no ano de 2016. Contudo, cabe ressaltar que apesar dos auxílios financeiros terem um significado particular na vida dos acadêmicos, não se pode deixar de enfatizar que as outras ações da assistência estudantil também foram indispensáveis à permanência desse segmento no referido ano.

Dessa forma, compreende-se que a assistência ao estudante na educação evidencia a importância de destinar mecanismos ou recursos financeiros para que os estudantes consigam permanecer e concluir seus estudos de forma eficaz. São políticas de permanência que devem se voltar não só para questões de ordem econômica, como os auxílios financeiros, mas também de ordem cultural, social e pedagógica. A assistência estudantil, no Instituto Federal, visa exatamente isso, prover ao estudante o atendimento de suas necessidades para garantir a permanência e conclusão do curso na instituição.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste trabalho de conclusão de curso possibilitou compreender o processo de ampliação e de democratização do acesso ao sistema de ensino, bem como, a trajetória da assistência estudantil no Brasil. Considerando a expansão da política de educação em todos os níveis, evidencia-se a assistência estudantil como efetivação da garantia de direitos, ou seja, condições de acesso, permanência e manutenção dos estudantes no decorrer do período de formação acadêmica.

Através deste estudo, também foi possível descrever sobre a política de assistência estudantil do Instituto Federal Farroupilha – *Campus* Júlio de Castilhos, dando ênfase ao trabalho do assistente social neste campo de atuação. Salienta-se que a intervenção do Serviço Social tem uma importante contribuição na área da assistência estudantil, uma vez que a finalidade de seu trabalho é a garantia dos direitos, conforme está expresso no Código de Ética Profissional. Durante a experiência de estágio, que motivou a realização desta pesquisa, foi possível observar que a atuação da assistente social se volta tanto para a garantia do acesso e da permanência na educação, quanto para o desenvolvimento de uma compreensão crítica por parte dos estudantes em relação aos seus direitos sociais.

No que concerne aos resultados da pesquisa, no sentido de verificar se os auxílios financeiros, na modalidade de transferência de renda, contribuíram para a permanência dos estudantes, constatou-se que a questão econômica é relevante neste contexto. Muitos estudantes encontravam-se sem atividade laboral ou em situação de desemprego, em muitos casos a renda da família era limitada, não podendo arcar com as despesas da formação, além, de muitos estudantes migrarem de suas cidades de origem em busca de uma formação pública, gratuita e de qualidade. É nesse sentido que a política de assistência estudantil se evidencia, pois suas ações são necessárias para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, que na maioria das vezes torna-se o único meio de subsistência dos(as) estudantes. Da mesma forma, o(a) profissional assistente social atua com a preocupação de desenvolver ações que repercutam nas condições de vida desses discentes. Para tanto, identificou-se que no ano de 2016 os programas de auxílio financeiro foram muito importantes, pois a maioria dos alunos pesquisados obteve êxito, permanecendo na instituição.

Assim, toda reflexão realizada ao longo dos capítulos deste estudo acerca do tema da Política de Assistência Estudantil se configura quanto à efetivação do direito dos estudantes a acessar e permanecer nas instituições de ensino e sinalizam algumas ações e dados conclusivos a respeito da temática. Porém, essas ações por si só não garantirão de forma eficaz a permanência desses estudantes se os governos não aumentarem a participação orçamentária na manutenção da política de assistência estudantil (KOWALSKI, 2012). Mais que isso, na atual conjuntura, com cortes/congelamentos de orçamentos e desmonte das políticas públicas, a assistência estudantil, um direito conquistado ao longo de muito tempo, será uma das primeiras políticas a ser afetada. No passado, através de muita luta, os movimentos sociais impulsionaram a formalização da assistência estudantil e, no atual momento é preciso resistência para que esses direitos não sejam violados. Assim sendo, esta pesquisa também pode servir como ponto de partida para outros estudos e olhares sobre o futuro próximo da política de assistência estudantil nos institutos federais.

Na condição de acadêmica do curso de serviço social e durante o processo de estágio curricular supervisionando foi possível aprender que a construção do exercício profissional deve estar conciliada com o compromisso ético-político e com a dimensão investigativa e interventiva da profissão. Segundo Torres (2009) essas são dimensões constitutivas do exercício profissional que devem ser seguidas em qualquer campo de atuação, pois se complementam e favorecem a visibilidade do fazer profissional. A dimensão investigativa que compreende a produção de conhecimento, de aspectos que qualificam e garantem a concretização da ação interventiva. A dimensão interventiva explicita não somente a construção, mas a efetivação das ações desenvolvidas pelo assistente social, que compreende a intervenção, o conhecimento teórico-metodológica, os instrumentos técnico-operativos, o conhecimento das condições objetivas de vida dos usuários e da realidade social. E, o compromisso ético que explicita os pressupostos estabelecidos no Código de Ética de 1993 e no Projeto Ético Político (TORRES, 2009).

O processo de aprendizagem é uma ferramenta, na qual se busca construir uma postura profissional de comprometimento com as necessidades dos usuários. É também, nesse processo que devemos desenvolver o nosso perfil profissional que deve ser crítico, propositivo e criativo.

A política da educação, como campo de estágio curricular supervisionado em Serviço Social e campo de pesquisa, proporcionou muito aprendizado e momentos de reflexão, evidenciando a importância da construção da identidade profissional e da compreensão crítica da realidade social, além do reconhecimento e identificação da atuação profissional nesta política que, como todas as outras é um espaço sócio-ocupacional em que o Serviço Social está inserido e que possuem contradições, limites e desafios.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. L. T. O Serviço Social na educação. **Revista Inscrita**, nº 6. Brasília, 2000.

ASSIS, A.C.L. **Desafios e possibilidades da política de assistência estudantil da UFJF**. Dissertação do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora. 2013.

ARAÚJO, C, B, Z, M. A permanência de estudantes nos cursos de graduação no Brasil: uma categoria em construção. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.22, n.2, p. 25-43, jul.-dez. 2013.

ARAÚJO, M.A.D.; PINHEIRO, H.D. Reforma gerencial do Estado e rebatimentos no sistema educacional: um exame do REUNI. **Ensaio**, Belo Horizonte, v.18, nº69, p.647-668, out/dez, 2010.

BAPTISTA, C.M. et al. O estado da arte sobre o REUNI. **XIII COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NAS AMÉRICAS**. 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114850>> Acesso em: 22 ago. 2017.

BACKX, S. O Serviço Social na educação. In: REZENDE, I.; CAVALCANTI, L. (Org.). **O Serviço Social e políticas sociais**. 4ª ed. São Paulo: Ed. UFRJ, 2013.

BOURGUIGNON, J.A. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 46-54 2007.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm> Acesso em: 21 ago. 2017.

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio à Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/decreto/d6096>> Acesso em: 21 ago. 2017.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 30 dez. 2008.

_____. Constituição Federal de 1988. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 21 ago. 2017.

_____. Lei Nº 9394, de 20 de Dezembro de 1996. **Institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Ministério da Educação. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.> Acesso em 21 ago. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Histórico da Educação Profissional**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>.> Acesso em 15 abr. 2017.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/>.> Acesso em 15 abr. 2017.

_____. **Constituição Federal de 1946**. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 1946. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm.> Acesso em: 07 set. 2017.

_____. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. **Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências**. Brasília, DF, 2004.

_____. **Lei de regulamentação da Profissão**. Lei 8662/93 Brasília, 1993.

_____. Ministério da Educação. **Mulheres são maioria no ingresso e na conclusão de cursos superiores**, 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/21140-maioria-e-feminina-em-ingresso-e-conclusao-nas-universidades>.> Acesso em: 16 set. 2017.

_____. Governo do Brasil. **Censo 2010 mostra as características da população brasileira**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/07/censo-2010-mostra-as-diferencas-entre-caracteristicas-gerais-da-populacao-brasileira>.> Acesso em: 15 Out. 2017.

_____. **Código de Ética do/a assistente social**. 10ª ed. Brasília: CFESS, 2012.

CARMO, G.; CARMO, C. A permanência escolar na Educação de Jovens e Adultos: propostas de categorização discursiva a partir das pesquisas de 1998 a 2012 no Brasil. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**. V. 22, nº 63, 2014.

CAVALCANTI, A. S.; REIS, M. L.; LIRA, S. A. Interdisciplinaridade e questão social: novo paradigma no trabalho do serviço social na Amazônia. In: **CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS**. Brasília. Anais... Brasília: IPEA, 2011.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**, 2001.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Brasília, 2012.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. Resolução 557 de 15 de setembro de 2009. **Dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais.** Disponível em: <http://www.cfess.org.br>. Acesso em 06 Jun. 2017.

DORE, R; LÜSCHER, A.Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cad. Pesqui.** [online]. 2011, vol 41, n 144.

DUTRA. N.G.R et al. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Fonaprace e a política de assistência estudantil em 2012: quem somos, onde chegamos e o que queremos.** ANDIFES. – UFU, PROEX : 2012.

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Serv. Soc. Soc.** no.101 p. 40-64. São Paulo Jan./Mar.2009.

FREITAS, Katia Siqueira de. Alguns estudos sobre evasão e persistência de estudantes. **Eccos, Rev. Cient.**, São Paulo, v. 11, n.1, p. 247-264, jan./jun. 2009.

GIL. A, C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4.edição. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Social.** 5. Edição. São Paulo: Atlas, 2007.

GUERRA. Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf>> Acesso em: 16 set. 2017.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** –21 ed. - São Paulo, Cortez, 2011.

_____. M.V. As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. **XVIII SEMINÁRIO LATINO AMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL.** San José, Costa Rica, Escuela de Trabajo Social, 2004.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Informe estatístico do MEC revela melhoria do rendimento escolar,** 1998. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/informe-estatistico-do-mec-revela-melhoria-do-rendimento-escolar/21206>. Acesso em: 06 nov. 2017.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. Pró-Reitoria de Ensino. **Glossário.** Santa Maria. Junho 2012.

_____. Reitoria. **Resolução CONSUP nº 137/2015 de 4 de Dezembro de 2015**. Disponível em: <<http://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legislacoes/resolucoes>> Acesso em: 16 abr. 2017.

_____. Reitoria. **Resolução CONSUP nº 178/2014 de 28 de Novembro de 2014**. Disponível em: <http://w2.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/20141110111847610resolucao_178_2014.pdf> Acesso em: 09 set. 2017.

_____. Reitoria. **Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – Descrição das atividades**, 2016.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. Tese de doutoramento. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul/ Faculdade de Serviço Social/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social Doutorado em Serviço Social. Porto Alegre, 2012.

LIMA, C.P.N de. A arte da participação e a participação pela arte. **Serviço Social em Revista**. Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c_v5n1_carla.htm> Acesso em: 24 ago. 2017.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAGNONI, M.S. **Lei de Cotas e a mídia brasileira: o que diria Lima Barreto?** Estud. av. vol.30 no.87 São Paulo May./Aug. 2016. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>> Acesso em: 24 ago. 2017.

MELO, P. A. et al. A Educação à Distância como Política de Expansão e Interiorização da Educação Superior no Brasil. **Revista Ciências da Administração**, v.11, nº24, p.278-304, maio/ago, 2009.

MENDES, J,M,R. e PRATES, J,C. Algumas reflexões acerca dos desafios para a consolidação das diretrizes curriculares. **Revista Temporalis**, nº 14. Brasília, ABEPSS, 2007.

MINAYO. M,C,S et al. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 21ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MIOTO, R, C, T. Estudos socioeconômicos. In: **CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. São Paulo: Cortez, 2009.

MONTEIRO. S. R. R. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 17(2): 29-40, jul-dez./2011.

NASCIMENTO, C.M. do. **Assistência estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000**. Dissertação de mestrado em Serviço Social, Universidade Federal De Pernambuco, Recife, 2013.

OLIVEIRA, S, L, de. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira, 1997.

PACHECO, E. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília/São Paulo: Editora Moderna Ltda, 2011.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico prática**. 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.

PRATES. J. C. Planejamento da Pesquisa Social. **Temporalis**, Ano4, nº 7, 183p – Porto Alegre: ABEPSS, 2004.

PRESTES, E.M.T.; JEZINE, E.; SCOCUGLIA, A,C. Democratização do Ensino Superior Brasileiro: O caso da Universidade Federal da Paraíba. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, PT, nº21, 2012.

RAMOS, M.G.G. Programa REUNI: uma abordagem sobre Permanência e Evasão na UFPel. **Revista Eventos Pedagógicos**, v.5, n.3 (12. ed.), edição especial temática, p. 83 - 101, ago./out. 2014.

RODRIGUES, Maria Lucia. O Serviço Social e a perspectiva interdisciplinar. In: MARTINELLI, M. L. et. al. (org). **O Uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo: Cortez/ Educ, 1998.

SILVA, C. J. R. (org.) **Institutos Federais lei 11.892**: comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009.

SILVEIRA, F. L. et al. Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): Uma análise crítica. **Rev. Bras. Ensino Fís.** vol.37 no.1 São Paulo Mar. 2015 Epub Mar 12, 2015.

SPOSATI, A et al. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 11ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TORRES, M. M. As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho sócio educativo. **Serviço Social em Revista**, 2009.

TÜRCK, M. G. G. M. **Processo de Trabalho do assistente social elaboração de documentação: implementação e aplicabilidade**. 2. Ed. Porto Alegre: Graturck. 2007.

ZAGO, L. H. O método dialético e a análise do real. **Kriterion**, vol. 54, no. 127, junho, 2013, p. 109-124.

APÊNDICE A - Instrumento para coleta dos dados

Perfil Socioeconômico dos estudantes que concorreram aos auxílios financeiros – na modalidade de transferência de renda - da Assistência Estudantil do Instituto Federal Farroupilha – *Campus* Júlio de Castilhos no ano de 2016.

1. Gênero

Masculino	
Feminino	

2. Faixa Etária

<15	
15 a 18	
18 a 21	
21 a 25	
25 a 30	
30 a 35	
35 a 40	
40 a 50	
>50	

3. Naturalidade

Júlio de Castilhos	
Tupanciretã	
Nova Palma	
Ivorá	
Santa Maria	
Pinhal Grande	
Itaara	
Outros	
Não informado	

4. Grupo Familiar (reside com)

Sozinho	
Uma pessoa	
Duas pessoas	
Três pessoas	
Quatro pessoas	
>de cinco pessoas	

5. Curso

PROEJA Téc. Em Comércio	
Técnico em Informática	
Técnico em Agropecuária	
Técnico em Alimentos	
Licen. Matemática	

Licen. Ciências Biológicas	
Bacharelado em Administração	
CST. Produção de Grãos	
PROEJA – FIC	
CST. Agronegócio	
Subsequente Agropecuária	
Bacharelado Sist. Informação	

6. Turno do Curso

Diurno	
Noturno	

7. Renda familiar

<1 (um) salário mínimo	
Entre 1 até 1,5	
Entre 1,5 até 3,5	
>3,5 salários mínimos	

8. Auto declaração étnico racial

Branco/a	
Negro/a	
Pardo/a	
Indígena	
Não informado	

9. Ingresso na Instituição por cotas

Negro/a	
Pardo/a	
Indígena	
Não	
Renda	
Não informado	

10. Informação escolar

Pública	
Particular com bolsa integral	
Particular sem bolsa	
Não informado	

11. Inserção em Programa Social

Bolsa Família	
CAD. Único	
BPC	
Não	
Não informado	

12. Solicitação do auxílio financeiro da Assistência Estudantil

Permanência	
Transporte até 20Km	
Transporte mais de 20km	
Estudante Atleta	
Eventual	
Participação em Eventos	

13. Situação Laboral

Não trabalha	
Desemprego	
Trabalho formal	
Trabalho informal	
Bolsista IFFar/Bolsista PIBID	
Estágio Remunerado	
Jovem Aprendiz	
Aposentadoria/Pensão	

14. Transporte que utiliza para ir até o IFFar

A pé/Carona/Bicicleta	
Transporte escolar público	
Transporte Coletivo	
Transporte Escolar pago	
Transporte próprio (carro, moto)	
Não informado	